

UNIÃO
AFRICANA



PIDAA



ADUA-NPDA

Agência de Desenvolvimento da União Africana

Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035 (Construir Sistemas Agroalimentares Resilientes em África)

Projeto | 15 de setembro de 2024



ÍNDICE

LISTA DOS ACRÓNOMOS	3
A Génese e a Relevância Contínua do PIDAA.....	7
2. Visão, justificação e princípios da estratégia e do plano de ação do PIDAA: 2026-2035	10
3. Tendências e factores que irão moldar os sistemas alimentares de África nos próximos dez anos.....	13
Urbanização e alteração dos padrões de consumo	13
Aumento da população	13
Inovações tecnológicas	14
Alterações climáticas, sustentabilidade ambiental e estabilidade social	14
4. Objectivos estratégicos, intervenções prioritárias, realizações e resultados.....	16
Objectivo Estratégico 1: Intensificar a Produção Sustentável de Alimentos, a Agroindustrialização e o Comércio	17
Objectivo estratégico 2: Impulsionar o investimento e o financiamento para acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares	21
Objectivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional.....	23
Objectivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos.....	26
Objectivo estratégico 5: Construir sistemas agroalimentares resilientes.....	29
Objectivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agroalimentares	32
5. Reforçar a implementação e a coordenação do PIDAA	35
6. Recursos para a Estratégia e o Plano de Ação da PIDAA	37
7. Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento PIDAA.....	39
8. Melhorar a comunicação e a defesa do PIDAA.....	41
Anexo 1: Plano de Ação PIDAA: 2026-2035	45



LISTA DOS ACRÓNOMOS

ADUA-NPDA	Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
AID	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BID	Banco Islâmico de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CENUCA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
CER	Comunidade Económica Regional
CUA	Comissão da União Africana
EFTP	Ensino e Formação Técnica e Profissional
eRB	Sistema de Revisão Bial Eletrónica
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FSF	Fitossanitárias Sanitárias e Fitossanitárias
GTT	Grupo de Trabalho Técnico
IA	Inteligência Artificial
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares
M&A	Monitorização e Avaliação
NUCD	Nações Unidas Comércio e Desenvolvimento
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMSA	Organização Mundial da Saúde Animal
ONUAA	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
PAM	Programa Alimentar Mundial
PFNL	Produto Florestal não Lenhoso
PIB	Produto Interno Bruto
PIDAA	Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África
PME	Pequenas e Médias Empresas



PNIA	Plano Nacional de Investimento na Agricultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIA	Plano Regional de Investimento Agrícola
RB	Revisão da Bienal
RSC	Revisão Setorial Conjunta
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UA	União Africana
UE	União Europeia
ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana



A Génes e a Relevância Contínua do PIDAA

Em julho de 2003, durante a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia da UA em Maputo, Moçambique, os Chefes de Estado e de Governo africanos adoptaram a Declaração de Maputo sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África (Assembleia/UA/Decl. 7(II)), marcando o lançamento oficial do PIDAA. A iniciativa PIDAA foi desenvolvida em resposta à baixa produtividade, à insegurança alimentar e ao subinvestimento na agricultura africana. Os decisores políticos africanos há muito que reconheceram que, para além de garantir a segurança alimentar, a transformação da agricultura é essencial para o crescimento económico e a redução da pobreza. Com a sua contribuição substancial para as economias africanas e as suas fortes ligações com outros sectores, a agricultura desempenha um papel fundamental na criação de emprego, na geração de riqueza e na resiliência económica. O PIDAA reflecte o reconhecimento coletivo pelos líderes africanos da importância crucial do desenvolvimento agrícola para o progresso económico e social do continente. A Declaração de Maputo instou os Estados Membros da UA a afectarem pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais à agricultura e ao desenvolvimento rural e a atingirem taxas de crescimento da produtividade agrícola de pelo menos 6% ao ano. A Declaração centrou-se em quatro pilares fundamentais: 1) gestão sustentável da terra e da água, 2) acesso ao mercado, 3) alimentação e fome, e 4) investigação agrícola. Enfatizou os princípios dos processos de desenvolvimento liderados e detidos pelos países e a integração e cooperação regionais.

A Declaração de Maputo sublinhou o aumento da produtividade agrícola através do aumento das dotações orçamentais para o sector agrícola. A Declaração de Malabo, adoptada em 2014, alargou o quadro do PIDAA, reafirmando os princípios e objectivos existentes e introduzindo novos objectivos ambiciosos, incluindo a erradicação da fome e da desnutrição, a triplicação do comércio intra-africano, o aumento da resiliência e o reforço da responsabilização pelas acções e resultados. Ambas as declarações sublinharam a importância de incluir as perspectivas das mulheres, dos jovens e dos grupos marginalizados nas iniciativas de desenvolvimento agrícola e destacaram a necessidade de integrar práticas inteligentes em termos climáticos.

Implementação do PIDAA e lições aprendidas: 2003-2024

Desde a sua criação, o PIDAA tem sido implementado através do desenvolvimento de planos nacionais de desenvolvimento agrícola, do estabelecimento de pactos regionais do PIDAA e da mobilização de recursos para o desenvolvimento agrícola, entre outros processos. O quadro elevou significativamente o perfil político da agricultura, resultando num aumento do investimento, numa maior apropriação e liderança africanas e no reconhecimento do desenvolvimento agrícola como um veículo para o crescimento económico e a erradicação da pobreza. O PIDAA foi também fundamental para promover o planeamento e a aplicação de políticas baseadas em dados concretos e para reforçar a avaliação inclusiva do desempenho. O aumento da participação das partes interessadas, o diálogo e a responsabilização mútua a nível nacional e regional promoveram o alinhamento e a coordenação dos programas de desenvolvimento e das parcerias no sector agrícola.



Além disso, a Declaração de Malabo reforçou a integração regional e o comércio, promovendo a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para melhorar o acesso ao mercado e as oportunidades económicas para os agricultores. Incentivou o investimento do sector privado e as parcerias público-privadas para infra-estruturas, criação de emprego e inovação. A Declaração de Malabo também introduziu o processo de FE como um instrumento de responsabilização mútua por acções e resultados. O relatório do RB do PIDAA é agora o principal documento de referência para todos os interessados em acompanhar os progressos do desenvolvimento agrícola em África. O mecanismo de controlo e de apresentação de relatórios dos RB será prosseguido na agenda do PIDAA pós-Malabo.

A fase de Malabo do PIDAA exigiu uma abordagem mais ampla, abrangendo sectores conexos necessários ao crescimento agrícola, como as infra-estruturas, o comércio, a energia, o desenvolvimento rural e as tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O NAIP continuou a ser o principal veículo de execução dos compromissos de Malabo. A intenção era passar da criação da arquitetura do processo para a concentração na execução, nos resultados e no impacto.

Para manter os progressos realizados até à data no âmbito do PIDAA, os países africanos devem dar prioridade a vários domínios fundamentais. Antes de mais, devem assegurar a disponibilidade de recursos financeiros suficientes e desenvolver as capacidades técnicas e institucionais necessárias. O reforço da colaboração interministerial é crucial, com as agências do governo central - em particular os ministérios das finanças e do planeamento - a desempenharem um papel fundamental. Igualmente importante é o envolvimento e a capacitação do sector privado e das mulheres, dos grupos marginalizados e dos jovens na agricultura. Além disso, reafirmar o compromisso de atribuir pelo menos 10% das despesas nacionais à agricultura, melhorando simultaneamente a coordenação a todos os níveis, é essencial para uma implementação eficaz e para a realização dos objectivos e metas do PIDAA.

Apesar do desempenho desigual do continente, os dados sobre as tendências do PIDAA e as provas empíricas sublinham a importância da sua implementação. Por exemplo, uma análise dos dados sobre as principais tendências mostra que os países que adoptaram o PIDAA e/ou estão avançados na implementação do PIDAA tendem a ter um melhor desempenho do que aqueles que não adoptaram o quadro ou que não fizeram muitos progressos na implementação. Por exemplo, durante o período de aplicação do PIDAA (2003-2022), os países que atingiram níveis mais elevados de aplicação do PIDAA registaram níveis mais elevados de crescimento anual das despesas públicas agrícolas e do PIB agrícola do que aqueles que não aderiram ao PIDAA.

Outros dados empíricos mostram que a aplicação do PIDAA tem um impacto positivo significativo nas despesas públicas agrícolas, na ajuda pública ao desenvolvimento para a agricultura e na produtividade da terra e do trabalho. No entanto, a investigação também mostra que o efeito da implementação do PIDAA nas despesas agrícolas e na ajuda pública ao desenvolvimento diminuiu ao longo do tempo, indicando um efeito de substituição entre o financiamento público e o financiamento externo para a agricultura. Isto é de esperar, uma



vez que os países tendem a obter mais financiamento externo quanto mais avançam na implementação do PIDAA.

Além disso, a aplicação dos processos de responsabilização mútua do PIDAA, como as análises sectoriais conjuntas (JSR) no domínio da agricultura, demonstrou ter um impacto positivo significativo nas despesas agrícolas dos governos. As despesas agrícolas podem aumentar com a participação nas JSR porque o processo do PIDAA ajuda a reforçar a vontade política de investir e promove a responsabilização e a pressão dos pares no sector e entre os países, o que incentiva o investimento. Os países que implementam as JSR e outros processos de responsabilização mútua do PIDAA registam progressos mais rápidos na transformação agrícola e nas mudanças estruturais. As tendências acima referidas e as provas empíricas demonstram que a aplicação do PIDAA e os seus mecanismos de responsabilização mútua podem produzir os resultados desejados e impulsionar a transformação da agricultura.

Moldando a Agenda do PIDAA Pós-Malabo

Concebida para se basear nas realizações das fases de Maputo e Malabo do PIDAA, a agenda do PIDAA pós-Malabo adopta uma abordagem de sistemas agro-alimentares que permitirá aos intervenientes enfrentar os desafios em toda a cadeia de valor alimentar, alinhando simultaneamente as políticas com objectivos de desenvolvimento mais amplos. Esta abordagem dá ênfase à sustentabilidade ambiental para salvaguardar a produção alimentar futura e combater a desnutrição em todas as suas formas (subnutrição, deficiências de micronutrientes, etc.) através da promoção de regimes alimentares diversificados, nutritivos e acessíveis. Apoiar igualmente a inclusão económica, beneficiando aproximadamente 70% da população do continente que depende da agricultura. O reforço do acesso ao mercado e do comércio regional, nomeadamente através da ZCLCA, tem potencial para aumentar significativamente o comércio agrícola intra-africano até 2035, melhorando a segurança alimentar e nutricional, promovendo as variedades alimentares locais e reforçando a resiliência.

As tecnologias emergentes desempenham um papel vital na transformação dos sistemas agro-alimentares de África para aumentar a produtividade e a resiliência. A promoção da utilização de tecnologias como a mecanização, a gestão inovadora da água, a agricultura digital, a inteligência artificial (IA) e a agricultura inteligente em termos climáticos é essencial para impulsionar a transformação setorial em conformidade com a agenda PIDAA pós-Malabo.

A agro-industrialização inclusiva é vital para impulsionar o crescimento económico, a transformação estrutural, a criação de emprego e a prosperidade partilhada. Ao integrar a produção agrícola nas cadeias de abastecimento e na agregação de valor, a agro-industrialização liberta o potencial significativo para transformar os sistemas agro-alimentares de África, abordar a insegurança alimentar e a nutrição e reduzir a pobreza. Um forte compromisso político e acções coordenadas são essenciais para melhorar o desempenho do sector agroindustrial, reduzir a pobreza e atingir os objectivos de desenvolvimento de África.



O reforço da resiliência é essencial para a adaptação e a recuperação de choques, incluindo as alterações climáticas, as pandemias, os conflitos e as perturbações económicas. Apesar de alguns progressos, África está a lutar para criar resiliência, com apenas dois países em vias de atingir os objectivos de criação de resiliência em 2023. A lentidão dos progressos no reforço da resiliência compromete outros objectivos, como a erradicação da fome e de todas as formas de subnutrição e a redução da pobreza.

2. Visão, justificação e princípios da estratégia e do plano de ação do PIDAA: 2026-2035

A visão do PIDAA é “*Sistemas Agroalimentares Sustentáveis e Resilientes para uma África Saudável e Próspera*”. Esta visão é consistente com a Agenda 2063 (para “a África que queremos”) e a Posição Comum Africana sobre Sistemas Alimentares, e foi reiterada na primeira Declaração da Cimeira Climática de África de 2023. Todos os actores do sistema agroalimentar são coletivamente responsáveis pela concretização desta visão.

Uma mudança significativa na nova Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035 é a passagem de uma abordagem estritamente centrada no crescimento impulsionado pela agricultura para uma abordagem mais ampla dos sistemas agro-alimentares. Esta mudança estratégica baseia-se na compreensão da complexa interação entre a agricultura, a nutrição, o desenvolvimento económico e outros sectores.

No contexto da agenda PIDAA pós-Malabo, os sistemas agroalimentares abrangem toda a rede de actividades, processos e actores envolvidos na produção, processamento, distribuição, consumo e descarte de alimentos e produtos agrícolas.

As políticas devem ser mais bem integradas para abordar as soluções de compromisso e as interligações entre os aspectos das práticas sustentáveis da exploração agrícola até à mesa, a complexidade da cadeia de valor e o regime alimentar e a nutrição, entre outros factores alimentares. A Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA também procuram reforçar a capacidade institucional, promovendo uma maior transparência, responsabilidade e participação inclusiva das partes interessadas na implementação e governação dos sistemas agro-alimentares.

A presente Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035 descreve as vias de transformação do sistema agroalimentar e propõe acções estratégicas que contribuirão para uma África mais próspera. A Estratégia e o Plano de Ação apelam a esforços coordenados, ao aumento dos investimentos e à adoção de práticas inovadoras para alcançar uma transformação sustentável, resiliente e inclusiva dos sistemas agro-alimentares. Procura diversificar as economias, criar milhões de postos de trabalho locais, melhorar o acesso a regimes alimentares saudáveis, aumentar os rendimentos, reforçar a coesão social e melhorar a estabilidade socioeconómica, contribuindo todos eles para a consolidação da paz e a atenuação dos conflitos a longo prazo. Estes resultados, em última análise, contribuem para melhorar os meios de subsistência e os regimes alimentares e a nutrição de todos os africanos.



A implementação bem sucedida da agenda do PIDAA pós-Malabo exige esforços coordenados de uma série de actores-chave, cada um com papéis distintos. Os governos nacionais são responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de políticas que criem um ambiente propício à transformação dos sistemas agro-alimentares, nomeadamente através de investimentos em infra-estruturas, investigação e serviços de extensão. Os organismos continentais e regionais, tais como as entidades da União Africana (a Comissão da União Africana [CUA] e a Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [ADUA-NPDA]) e as Comunidades Económicas Regionais (CER), desempenham um papel crucial na facilitação da colaboração transfronteiriça, na harmonização de políticas e na monitorização do progresso em direção aos objectivos da agenda. Os agricultores e as empresas agrícolas são fundamentais para a adoção de práticas e tecnologias inovadoras que aumentam a produtividade e a resiliência. Os parceiros de desenvolvimento e as organizações internacionais fornecem assistência técnica, financiamento e apoio à criação de capacidades para acelerar a implementação da agenda. As organizações da sociedade civil e os grupos comunitários defendem o desenvolvimento inclusivo, garantindo que as vozes das populações marginalizadas, incluindo mulheres e jovens, estejam representadas nos processos de tomada de decisão. Finalmente, os actores do sector privado contribuem através de investimentos em tecnologia, desenvolvimento do mercado e integração da cadeia de valor, impulsionando a inovação e o crescimento económico no sector agroalimentar. Juntos, estes actores formam uma rede de colaboração essencial para alcançar os objectivos transformadores da agenda do PIDAA pós-Malabo.

Princípios orientadores do PIDAA

A presente Estratégia e Plano de Ação reitera e mantém os valores e princípios tradicionais do PIDAA. A Declaração de Kampala constitui uma base sólida para a implementação e a adesão a esses princípios.

Apropriação e liderança: Este princípio realça a importância da liderança nacional, regional e local, que é fundamental para alcançar a legitimidade e a responsabilização. Isto significa que o quadro do PIDAA deve ser integrado nos planos nacionais de desenvolvimento agrícola e ser objeto de legislação que facilite a sua dotação nos orçamentos nacionais e subnacionais. Os governos nacionais devem assumir a liderança na mobilização de investimentos públicos, privados, de desenvolvimento e de investimentos directos estrangeiros, incluindo as remessas.

Perspetiva holística e integrada da transformação dos sistemas agro-alimentares: Um princípio fundamental da abordagem dos sistemas agro-alimentares é a sua perspetiva holística do desenvolvimento, que reconhece as ligações entre os esforços de desenvolvimento agrícola. Ao contrário do foco tradicional no aumento da produtividade agrícola para alguns produtos, essa abordagem integra e alinha diferentes áreas temáticas e políticas de sistemas agroalimentares inteiros, desde a produção, processamento, distribuição e armazenamento até ao consumo; também abrange a sustentabilidade e a gestão de resíduos (Olayide, 2021; IFPRI, 2022; ONUAA, 2022). Os países têm geralmente diferentes programas/iniciativas de desenvolvimento agrícola que lidam com diferentes subsectores ou zonas ecológicas subnacionais. Numa abordagem de sistemas agro-alimentares, o PIDAA a nível nacional deve reuni-los para promover a coerência e a transformação positiva colectiva.



Sustentabilidade: Como princípio orientador, a sustentabilidade enfatiza a necessidade de práticas que sejam social, económica, cultural e ambientalmente sustentáveis. Para tornar este princípio vinculativo, os critérios de sustentabilidade devem ser incorporados nas políticas e nos regulamentos. Por exemplo, as políticas poderiam exigir avaliações de impacto ambiental, consideração da equidade social e análises de viabilidade económica para todos os projectos e iniciativas agro-alimentares.

Inclusão: A inclusão económica e social das mulheres, dos jovens e das comunidades marginalizadas, como os pescadores e os pastores, é uma componente vital da abordagem dos sistemas agro-alimentares. A inclusão nos processos de planeamento e implementação traz perspectivas diversas e forja a colaboração entre diferentes sectores e grupos de intervenientes.

Coordenação e colaboração entre múltiplos actores: Os fracos sistemas de colaboração e coordenação têm impedido a implementação da agenda do PIDAA de Malabo. Como princípio, o PIDAA continuará a estabelecer sistemas e processos para reforçar a cooperação, a colaboração e a coordenação entre diversos actores. Serão utilizadas plataformas de múltiplos intervenientes para reforçar a coordenação e a colaboração.

Tomada de decisões baseada em factos: O quadro do PIDAA defende e promove a utilização de dados fiáveis para formular e aplicar políticas e estratégias agrícolas. Um maior apoio à criação de sistemas de dados nacionais mais sólidos e à institucionalização do processo PIDAA RB reforçará a utilização de dados concretos na elaboração de políticas.

Responsabilidade mútua e transparência: O PIDAA sublinhou a importância da responsabilização mútua entre todas as partes interessadas. Este compromisso com a transparência e a responsabilização vai para além do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, com o Quadro de Resultados da Transformação da Agricultura em África e o Painel de Controlo do PIDAA RB de Malabo a servirem de instrumentos fundamentais para facilitar o mecanismo de avaliação pelos pares consagrado nos princípios e valores da UA. Os relatórios dos RB do PIDAA reflectem a necessidade de criar e reforçar mecanismos e plataformas para a responsabilização mútua e a avaliação pelos pares a nível nacional. Este elemento de revisão e de responsabilização constituirá uma dimensão essencial da aplicação da Declaração de Kampala.

Subsidiariedade e aproveitamento das complementaridades regionais: O PIDAA salienta a necessidade de aproveitar o apoio regional, observando que as intervenções a nível nacional, por si só, serão insuficientes. O PIDAA reconhece que certas questões transcendem as fronteiras nacionais e, como tal, exigem intervenções para além de um país. O papel das CERs é fundamental neste contexto. Por conseguinte, a agenda do PIDAA pós-Malabo reconhece a importância da cooperação entre vários países, do desenvolvimento da cadeia de valor regional, das infra-estruturas transfronteiriças e dos mecanismos sustentáveis de pagamento e liquidação para aproveitar as complementaridades e a harmonia regionais. A nível continental, a CUA e a ADUA-NPDA desempenharão um papel fundamental na coordenação, no reforço das capacidades e na partilha das melhores práticas entre os países e as regiões, a fim de tirar partido dos pontos fortes e das complementaridades regionais.

Adotar os avanços tecnológicos: Este princípio centra-se na transformação dos sistemas agro-alimentares de África através de inovações como a agricultura de precisão, ferramentas digitais, IA e biotecnologia. Estas tecnologias melhoram a produtividade, a eficiência e a



resiliência climática, ao mesmo tempo que promovem o crescimento inclusivo, beneficiando os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens. Ao melhorar a gestão dos recursos e o acesso ao mercado, a tecnologia é vital para criar sistemas agro-alimentares sustentáveis e responder às necessidades de segurança alimentar de África.

Para implementar com êxito os princípios orientadores da Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035, é essencial estabelecer mecanismos que tornem estes princípios vinculativos a nível nacional, regional e local. Os princípios vinculativos garantem que todas as partes interessadas permaneçam comprometidas com a agenda transformadora estabelecida pelo PIDAA, promovendo a responsabilidade, a sustentabilidade e a inclusão no desenvolvimento dos sistemas agro-alimentares de África.

Perspectiva holística e integrada: A transformação dos sistemas agro-alimentares pode ser tornada obrigatória através da criação de mecanismos de coordenação trans-setorial, tais como comités interministeriais. A legislação que obriga a um planeamento integrado, incluindo considerações tecnológicas, promoveria uma estratégia coesa em todos os sectores.

3. Tendências e factores que irão moldar os sistemas alimentares de África nos próximos dez anos

Os sistemas agro-alimentares de África estão a sofrer mudanças transformadoras influenciadas por numerosos factores económicos, demográficos, ambientais, climáticos e tecnológicos. Durante a próxima década, a compreensão desta dinâmica ajudará as partes interessadas a moldar o panorama agroalimentar de África para garantir a segurança alimentar e nutricional, impulsionar o crescimento económico e melhorar os meios de subsistência em todo o continente. As principais tendências e impulsionadores são apresentados nesta secção.

Urbanização e alteração dos padrões de consumo

O continente está a urbanizar-se rapidamente e, conseqüentemente, os hábitos de consumo alimentar estão a mudar. Os estilos de vida urbanos que dão prioridade à eficiência do tempo resultaram num aumento do consumo de refeições prontas a comer e de alimentos preparados fora de casa. O sector emergente da transformação tornou-se a principal ponte entre os pequenos agricultores e os mercados nacionais e regionais em crescimento. O conseqüente alongamento das cadeias de valor agro-alimentares aumentou a sua complexidade, o que exige políticas mais granulares no futuro.

Crescimento económico e aumento dos rendimentos

O crescimento económico sustentado em muitos países africanos ajudou a criar uma classe média florescente com mais rendimento disponível. Este crescimento económico está a impulsionar a procura de produtos alimentares diversificados e de alta qualidade, incluindo carne, peixe e produtos de peixe, lacticínios e alimentos processados. Estas mudanças, que deverão aumentar na próxima década, influenciam os padrões de produção e de consumo no sector agroalimentar.

Aumento da população

Prevê-se que a população de África duplique até 2050, atingindo aproximadamente 2,5 mil milhões de pessoas. Este crescimento explosivo irá aumentar a procura de alimentos,



apresentando desafios e oportunidades. Para satisfazer esta procura, serão necessários avanços significativos na produtividade agrícola, na eficiência e no processamento de alimentos para acompanhar a evolução dos padrões de consumo.

Inovações tecnológicas

Os avanços tecnológicos estão destinados a revolucionar os sistemas agro-alimentares de África. Inovações como a agricultura digital, a biotecnologia e a agricultura de precisão podem aumentar a produtividade, a sustentabilidade e a inclusão. A adoção generalizada de telemóveis, dinheiro móvel e ferramentas digitais está a acelerar o acesso dos agricultores à informação, aos serviços financeiros e aos mercados, impulsionando assim o crescimento e a transformação da agricultura.

Alterações climáticas, sustentabilidade ambiental e estabilidade social

As alterações climáticas representam uma ameaça formidável para a produtividade agrícola. As variações da precipitação, o aumento das temperaturas e os fenómenos meteorológicos extremos afectam negativamente o rendimento das culturas e a segurança alimentar. A implementação de práticas de gestão sustentável dos solos e de agricultura inteligente face ao clima é vital para mitigar estes desafios. Além disso, é fundamental garantir a estabilidade social e ambiental, abordando factores como a migração devido a conflitos. A África é atualmente a região mais afectada pelas alterações climáticas, mas é também a que apresenta as maiores lacunas de produtividade agrícola a colmatar. Este facto oferece uma oportunidade para abordar ambas as questões em simultâneo com as inovações e tecnologias inteligentes para o clima que estão a surgir.

Embora os factores acima referidos sejam fundamentais, há outras tendências e factores impulsionadores emergentes, a seguir descritos, que também merecem atenção.

Dinâmica de género na agricultura: Há um reconhecimento crescente de que o empoderamento das mulheres na agricultura pode ajudar a transformar os sistemas agroalimentares de África. Embora as mulheres constituam uma parcela significativa da força de trabalho agrícola em muitos países africanos, elas muitas vezes enfrentam barreiras para acessar recursos como terra, crédito e insumos agrícolas. A eliminação destas disparidades entre homens e mulheres pode conduzir a ganhos substanciais de produtividade e de segurança alimentar. Além disso, aumentar a participação das mulheres nas cadeias de valor agrícolas não só melhora a nutrição doméstica, mas também fortalece a resiliência da comunidade e o desenvolvimento económico. A capacitação das mulheres nos sistemas agroalimentares também garante que podem melhorar a sua independência económica e autonomia, conduzindo a uma vida melhor para si próprias, para as suas famílias e para as suas comunidades. As políticas e intervenções sensíveis às questões de género que apoiem as mulheres agricultoras são, por conseguinte, essenciais para a transformação global do sector agroalimentar em África.

Envolvimento dos jovens: África tem uma população jovem grande e em crescimento. Este rico capital jovem apresenta uma oportunidade significativa para o crescimento, inovação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares. Envolver os jovens na agricultura é



vital para o futuro do setor, em parte porque os jovens podem impulsionar a adoção de novas tecnologias, técnicas agrícolas modernas e modelos de negócios inovadores. Com treinamento, orientação e acesso a recursos como terra e finanças, os jovens podem se tornar agentes de mudança fundamentais na transformação das práticas agrícolas tradicionais. A participação dos jovens na agricultura também ajuda a resolver as questões do desemprego e da migração rural-urbana, criando oportunidades de emprego significativas no setor. Além disso, os jovens podem injetar novas ideias e energia nas cadeias de valor agrícolas, promovendo a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. Incentivar a participação dos jovens na agricultura é, portanto, um motor crítico da transformação do sistema agroalimentar em África.

Políticas comerciais e integração regional: As políticas comerciais e a integração regional, especialmente através da ZCLCA, são cruciais para transformar o setor agroalimentar de África. A ZCLCA promove o comércio intra-africano através da redução de tarifas, da remoção de barreiras comerciais e da harmonização de normas, melhorando assim o acesso ao mercado de produtos agrícolas em todo o continente. Ao promover laços económicos mais fortes entre as nações africanas, a ZCLCA ajuda a criar sistemas alimentares mais resilientes que são menos suscetíveis a choques externos e à volatilidade dos preços. A harmonização das políticas e normas comerciais no âmbito da ZCLCA facilita a circulação transfronteiriça de mercadorias, reduzindo os custos e aumentando a disponibilidade de diversos produtos alimentares. Além disso, a integração impulsionada pela ZCLCA atrai investimentos em infraestruturas agrícolas e transformação de valor acrescentado, que são vitais para impulsionar a competitividade da agricultura africana. O apoio a estas políticas é essencial para fazer avançar a transformação dos sistemas agroalimentares africanos, promover o crescimento sustentável e garantir a segurança alimentar e nutricional em todo o continente.

Transição nutricional e dieta: À medida que a renda na África aumenta e a urbanização avança, a demanda por alimentos processados, incluindo carne e laticínios, está aumentando. Embora exista uma correlação entre o consumo de carne gorda e o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, a investigação atual indica que os riscos estão mais associados aos tipos de gorduras consumidas do que à própria carne e laticínios, que são essenciais para melhorar a nutrição infantil. O processamento de alimentos é um componente vital para garantir a segurança alimentar, prolongar a vida de prateleira, reduzir a perda e o desperdício de alimentos e preservar nutrientes essenciais para manter a saúde. É crucial diferenciar as várias formas de tratamento. Embora os alimentos ultraprocessados – que podem conter poucos nutrientes essenciais e incluir aditivos potencialmente nocivos – possam ser nutricionalmente inadequados, nem todos os alimentos processados são inerentemente prejudiciais à saúde. A transição nutricional na África reflete uma mudança de dietas tradicionais minimamente processadas para dietas ricas em alimentos ultraprocessados ricos em gordura saturada, sódio, açúcar e carboidratos refinados. Essa mudança, em conjunto com o aumento do sedentarismo, contribui para a tripla carga de desnutrição, que engloba subnutrição, sobrepeso e obesidade, bem como doenças não transmissíveis relacionadas.

Gestão sustentável da água: A gestão sustentável da água é um motor crítico da transformação agrícola em África, especialmente em regiões que enfrentam escassez de água. Práticas eficientes de gestão da água, como a adoção da irrigação por gotejamento, a captação de água

da chuva e a reciclagem da água, são essenciais para manter a produtividade agrícola diante das mudanças climáticas e do crescimento populacional. O acesso a recursos hídricos fiáveis e suficientes é um fator determinante do rendimento das culturas e da segurança alimentar e nutricional. Além disso, a gestão sustentável dos recursos hídricos pode ajudar a prevenir a degradação dos solos e assegurar a viabilidade a longo prazo das terras agrícolas. Os formuladores de políticas e as partes interessadas devem priorizar investimentos em infraestrutura hídrica, pesquisa e capacitação para promover a adoção de práticas sustentáveis. Ao garantir uma utilização sustentável dos recursos hídricos, África pode aumentar a resiliência agrícola e apoiar o crescimento, a fiabilidade e a sustentabilidade dos seus sistemas agroalimentares.

4. Objectivos estratégicos, intervenções prioritárias, realizações e resultados

Para concretizar a ambiciosa visão e objetivos do continente, a Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035 segue os caminhos de mudança do PIDAA (Figura 1), que descrevem a lógica que liga os principais objetivos estratégicos, as principais intervenções estratégicas associadas e os resultados e impactos esperados.



6. REFORÇAR A GOVERNAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

**6.1. Liderança e apropriação**

Principais intervenções: Integrar a Agenda CAADP Kampala nos Planos de Desenvolvimento Nacional e Regional (PND); melhorar a mobilização de recursos; racionalizar a participação da sociedade civil, dos agricultores e das organizações do setor privado; reforçar o controle parlamentar.

6.2. Coerência das políticas e da governação

Principais intervenções: racionalizar o alinhamento das políticas entre setores a todos os níveis; reforçar a descentralização da implementação do CAADP; reforçar a governação local; reforçar as capacidades institucionais.

6.3. Responsabilidade mútua e baseada em dados concretos

Principais intervenções: Estabelecer um sistema robusto de apoio ao conhecimento dos sistemas agroalimentares; promover mecanismos que garantam a responsabilização de todas as partes interessadas; institucionalizar as Revisões Conjuntas do Setor Agrícola (JSR).

Objetivo Estratégico 1: Intensificar a Produção Sustentável de Alimentos, a Agroindustrialização e o Comércio

Este objetivo estratégico visa contribuir para a transformação dos sistemas agroalimentares através da produção sustentável de produtos agrícolas para consumo, valor acrescentado e comércio (dentro dos países, no continente e não só). Visa igualmente contribuir para a segurança alimentar e nutricional, promover o crescimento económico, criar riqueza e emprego, garantir a sustentabilidade ambiental e atenuar o impacto de outros choques.

O objetivo não só aumentará a produtividade, como também assegurará que este crescimento seja sustentável do ponto de vista ambiental. A estratégia enfatiza a necessidade de fortalecer os sistemas de insumos agrícolas, incluindo melhor acesso a sementes de qualidade, ração, forragem, serviços de polinização, fertilizantes, água e tecnologia. Apela também ao estímulo ao crescimento da agroindustrialização, aumentando a competitividade e a sustentabilidade do setor. Os investimentos em cadeias de valor regionais e melhorias nas políticas comerciais, infraestruturas e serviços são essenciais para ligar os agricultores africanos a mercados mais amplos, aumentando assim as oportunidades económicas e a segurança alimentar e nutricional.

A consecução deste objetivo exige intervenções que abordem os principais desafios associados à baixa produção e produtividade alimentar, nomeadamente melhorando o acesso a fatores de produção e tecnologias de elevada qualidade. Os desafios associados à competitividade e sustentabilidade do setor agroalimentar serão abordados através da integração dos pequenos agricultores, das mulheres e dos jovens nas cadeias de valor e nos mercados regionais, bem como através do desenvolvimento das suas competências empresariais, permitindo-lhes formar pequenas e médias empresas (PME) que estimulem a agroindustrialização. O reforço do comércio intra-africano implicará investimentos em cadeias de valor regionais e melhorias nas políticas comerciais, nas infraestruturas e nos serviços. Para atingir este objetivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

Produção Sustentável de Alimentos

1. Fortalecer e garantir sistemas de entrada funcionais (sistemas de sementes, fertilizantes, água, serviços de extensão). As ações-chave incluem:

- Aumentar os investimentos em investigação agrícola e desenvolvimento tecnológico
- Aumentar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos insumos agrícolas
- Melhorar os incentivos para que os produtores adotem tecnologias



- Modernizar e revitalizar serviços de extensão agrícola em escala usando tecnologias digitais, sensoriamento remoto e IA
- Reforçar a cooperação regional e a harmonização e alinhamento das políticas
- Aumentar o envolvimento de mulheres e jovens, que são atores-chave nas cadeias de fornecimento de insumos, em sistemas de insumos
- Abordar questões de desenvolvimento rural, promovendo sistemas de sementes geridos pelo agricultor e sementes autóctones resilientes ao clima e enfatizando a economia circular dentro do processo PIDAA
- Aumentar a adoção de soluções inteligentes de gestão agrícola da água que garantam o uso eficiente e equitativo dos recursos hídricos do continente
- Estabelecer serviços de pesquisa e extensão agrotecnológica liderados pelos agricultores com mecanismos de feedback eficazes para impulsionar a inovação e atender às demandas do mercado

2. Reforçar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. As ações-chave incluem:

- Implementar agricultura de conservação
- Implementar o manejo integrado de pragas que aumenta a produtividade e a gestão ambiental
- Promover ferramentas e práticas que integrem ecossistemas naturais com a agricultura para apoiar a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas
- Abordar a questão crítica das perdas pós-colheita em culturas e produtos animais, ao mesmo tempo que desenvolve instalações de processamento e armazenamento caseiras para melhor apoiar os pequenos agricultores
- Definir princípios orientadores para práticas agrícolas sustentáveis, incorporando uma agricultura inteligente em termos climáticos, e abordar explicitamente a economia circular para promover a utilização sustentável dos recursos e a gestão de resíduos

3. Criar uma política e um ambiente regulamentar propícios às tecnologias emergentes, à biotecnologia, à IA, à digitalização e ao desenvolvimento da agricultura de precisão. As ações-chave incluem:

- Investir em expertise e infraestrutura técnica
- Facilitar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas
- Construir estruturas que apoiem e facilitem a troca de conhecimento e a adoção das melhores práticas ao longo da cadeia de valor por todas as partes interessadas, incluindo mulheres e jovens
- Fornecer apoio político e financeiro a estas tecnologias emergentes
- Apoiar a formulação e adoção de legislação nacional e regional para tecnologias emergentes e seu uso
- Desenvolver parcerias funcionais entre desenvolvedores de tecnologia e usuários
- Apoiar a formulação e adoção de legislação nacional para tecnologias emergentes e sua utilização
- Disponibilizar ferramentas digitais de tomada de decisão a todos os intervenientes no sistema agroalimentar, desde os agricultores aos consumidores
- Aumentar o acesso e a utilização de ferramentas e abordagens digitais que melhorem a eficiência em todos os sistemas agroalimentares
- Abordar as barreiras ao acesso à tecnologia por mulheres e jovens

Agro-Industrialização

4. Estimular o crescimento, a competitividade e a sustentabilidade das empresas agroindustriais, com especial incidência nas PME. As ações-chave incluem:

- Criar um ambiente propício que garanta um acesso fiável às matérias-primas
- Melhorar os serviços de energia e infraestrutura que permitem que as PMEs de agroprocessamento prosperem
- Construir infraestrutura institucional para desenvolvimento de competências e inovações tecnológicas
- Promover instrumentos inovadores de financiamento e gestão de riscos para as PME
- Combater a proliferação da certificação privada de segurança alimentar
- Defender feiras comerciais na África, melhorar a comunicação para vendas locais
- Desenvolver a capacidade empreendedora das PME lideradas por mulheres e jovens
- Apoiar parcerias e ações coletivas entre os intervenientes no sistema agroalimentar para aumentar o poder de negociação, especialmente para os pequenos agricultores

5. Integrar os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens nas cadeias de valor e nos mercados regionais. As ações-chave incluem:

- Investir em educação e formação técnica e profissional (EFTP), centros de incubação e aceleradores para capacitar jovens rurais e mulheres agricultoras com habilidades práticas e recursos iniciais para entrar na força de trabalho agrícola
- Alavancar tecnologias digitais que conectam pequenos agricultores com PMEs nos setores de processamento emergentes
- Melhorar as habilidades e a capacidade de engajamento das mulheres e jovens no agronegócio
- Abordar as barreiras à participação igualitária de mulheres e jovens no agronegócio
- Apoiar parcerias e ações coletivas entre os intervenientes no sistema agroalimentar para aumentar o poder de negociação, especialmente para os pequenos agricultores

5. Integrar os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens nas cadeias de valor e nos mercados regionais. As ações-chave incluem:

- Investir em educação e formação técnica e profissional (TVET), centros de incubação e aceleradores para capacitar jovens rurais e mulheres agricultoras com habilidades práticas e recursos iniciais para entrar na força de trabalho agrícola
- Alavancar tecnologias digitais que conectam pequenos agricultores com PMEs nos setores de processamento emergentes
- Melhorar as habilidades e a capacidade de engajamento das mulheres e jovens no agronegócio
- Abordar as barreiras à participação igualitária de mulheres e jovens no agronegócio
- Adotar políticas afirmativas de compras e comércio que integrem mulheres e jovens nos mercados locais, nacionais, regionais e internacionais

6. Desenvolver e integrar cadeias de valor para estimular a agregação de valor ao longo de cadeias de valor inteiras. As ações-chave incluem:

- Promover uma abordagem da cadeia de valor a nível nacional



- Construir sinergias agroindustriais entre países e entre indústrias para promover a interdependência mútua entre as economias africanas
 - Facilitar a geminação de PME com empresas de maior dimensão para fornecimentos intermédios de fatores de produção, tecnologia e transferência de competências
 - Estimular mercados e adotar práticas de desenvolvimento de mercado que aumentem a aceitação de produtos produzidos localmente
7. Reforçar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade. As ações-chave incluem:
- Implementar programas de apoio ao crescimento de empresas e empreendedores, com foco nas PME
 - Implementar programas que apoiem empresas lideradas por mulheres e jovens a cumprir requisitos de sustentabilidade obrigatórios e voluntários

Melhoria do comércio

8. Reforçar o acesso ao mercado e a facilitação do comércio. As ações-chave incluem:

- Reformar políticas e medidas regulatórias que restringem o acesso aos mercados doméstico, regional e internacional
- Reduzir as barreiras pautais e não pautais que impedem o comércio regional e intra-africano
- Desenvolver programas que levem à plena ratificação e implementação da ZCLCA nos setores agrícola e alimentar
- Desenvolver e implementar políticas que promovam o comércio intra-africano e produtos e serviços agroalimentares com inclusão de mulheres e protocolos comerciais juvenis
- Desenvolver modelos que promovam a colaboração entre os pequenos agricultores e as PME para garantir benefícios inclusivos do comércio e um melhor acesso ao mercado
- Integrar medidas e dados sanitários e fitossanitários (FSF) nas políticas comerciais regionais, particularmente no âmbito do ZCLCA, para melhorar o alinhamento e facilitar práticas comerciais mais suaves

9. Invista em cadeias de valor regionais, cestas básicas e corredores comerciais. As ações-chave incluem:

- Investir e implementar políticas, infraestruturas e serviços facilitadores do comércio (energia, estradas, ferrovias, portos, comunicação, garantia de qualidade, agroparques) para conectar o excedente alimentar a áreas deficitárias
- Implementar as atividades descritas no programa UA África Comum Agro-Parques
- Melhorar o acesso dos jovens e das mulheres aos mercados intrarregionais no contexto da ZCLCA
- Fortalecer as cooperativas de mulheres e jovens ao longo das cadeias de valor
- Estabelecer programas abrangentes de treinamento e certificação em facilitação de comércio e profissões relacionadas que tenham como alvo mulheres e jovens

Principais resultados

A implementação das estratégias delineadas produzirá vários resultados-chave, incluindo estruturas, políticas, planos, programas e regulamentos em todos os níveis (local, nacional, regional e continental) que são desenvolvidos ou melhorados e implementados em áreas relacionadas à geração e adoção de tecnologia, produção de alimentos, agroindustrialização



e comércio. Outros resultados incluem os investimentos realizados, as infraestruturas e os serviços desenvolvidos ou melhorados, as tecnologias e ferramentas geradas ou disponibilizadas, as parcerias criadas, o acesso aos recursos melhorado, os obstáculos comerciais eliminados e as competências e capacidades desenvolvidas. Os resultados serão diferenciados entre setores e subsetores do sistema agroalimentar, ao longo das cadeias de valor e entre diferentes partes interessadas, incluindo pequenos agricultores, mulheres e jovens e PME.

Resultados Intermediários

Os resultados contribuirão para vários resultados intermédios, incluindo melhorias na disponibilidade e qualidade dos fatores de produção agrícola, juntamente com práticas agronómicas melhoradas apoiadas por serviços de extensão eficazes para aumentar a produtividade dos agricultores e reduzir o impacto ambiental. O reforço da cooperação regional e do alinhamento político cultivará um ambiente mais favorável à transformação dos sistemas agroalimentares. Além disso, um maior acesso a ferramentas digitais, tecnologias emergentes e agricultura de precisão — facilitado por parcerias público-privadas mais robustas — impulsionará a produtividade e a competitividade do sistema agroalimentar. A capacidade das PME, em especial as lideradas por mulheres e jovens, será apoiada através de um maior acesso ao financiamento e de uma qualidade superior dos produtos. Em última análise, mercados de exportação expandidos e diversificados, preços de alimentos estabilizados e sistemas robustos de informação de mercado, juntamente com investimentos estratégicos em infraestrutura, reforçarão esses resultados.

Objetivo estratégico 2: Impulsionar o investimento e o financiamento para acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares

Estimular o investimento e o financiamento é um objetivo estratégico crítico para alcançar uma transformação sustentável do sistema agroalimentar, tal como delineado na Estratégia e no Plano de Ação da PIDAA. A meta de afetar 10 por cento da despesa pública total à agricultura (Declarações de Maputo de 2003 e de Malabo de 2014), que apenas alguns países alcançaram, parece ter distraído o discurso sobre os investimentos e mecanismos de financiamento necessários para reduzir o risco do sector e catalisar os investimentos e financiamentos do sector privado. Com o foco da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA nos sistemas agroalimentares, todas as fontes de investimento e financiamento – setor público (ajuda ao desenvolvimento nacional e externa) e setor privado (nacional e estrangeiro) – devem ser consideradas.

A Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA sublinham a importância de melhorar a qualidade do investimento para garantir que os fundos são utilizados de forma eficiente e alocados a projetos e programas sustentáveis e impactantes. Para tal, é necessário reformular a arquitetura financeira para satisfazer as necessidades dos sistemas agroalimentares e reforçar os mecanismos que apoiam o desenvolvimento de iniciativas emblemáticas e projetos financiáveis. Além disso, a arquitetura financeira reformulada deve incluir oportunidades especiais de financiamento para apoiar o empreendedorismo nos sistemas agroalimentares, em especial para os jovens e as mulheres. Espera-se que esses esforços aumentem a



produtividade e atraíam o investimento do setor privado, contribuindo para o crescimento económico a longo prazo. Para atingir este objetivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Melhorar a qualidade dos investimentos dos sectores público e privado. As ações-chave incluem:

- Estabelecer parcerias público-privadas eficazes para investimentos setoriais
- Redirecionar o apoio ao produtor para áreas com resultados mais rentáveis
- Promover alternativas ao investimento e financiamento tradicionais, tais como proporcionar acesso à terra a jovens e mulheres, ao mesmo tempo que cria um fundo de investimento em sistemas alimentares à escala africana para apoiar iniciativas agrícolas sustentáveis
- Desenvolver estratégias para melhorar o ambiente político para a agricultura, incluindo o aumento da troca de dívida por clima
- Delinear as responsabilidades do governo na criação de um ambiente propício para o investimento do setor privado e garantir que as estratégias resultantes equilibrem adequadamente os interesses públicos e privados
- Especificar áreas críticas de investimento, como acesso ao crédito, empoderamento de jovens e mulheres na agricultura, adoção de tecnologia, redução de perdas pós-colheita e desenvolvimento de infraestrutura

2. Aumentar o investimento do setor público nos sistemas agroalimentares. As ações-chave incluem:

- Aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícola, inovações, tecnologias e energia, água, irrigação e outras infraestruturas (embalagem, refrigeração, armazenamento, marketing, etc.)
- Promover o planeamento, implementação e monitorização participativos e sensíveis às questões de género dos investimentos
- Desenvolver e promover instrumentos de redução de riscos por parte dos bancos centrais que incentivem os bancos comerciais a aumentar a concessão de crédito ao setor agroalimentar
- Aumentar os investimentos dos sectores público e privado em infraestruturas críticas, como estradas, energia e instalações de armazenamento, incluindo cabazes alimentares e corredores
- Catalisar o investimento do setor privado através de modelos de financiamento misto de redução e partilha de riscos
- Desenvolver medidas fiscais e não fiscais, incluindo incentivos/pausas fiscais, reformas regulatórias e obrigações da diáspora, que aumentem os investimentos, incluindo de remessas, em sistemas agroalimentares.

3. Reforçar as capacidades de desenvolvimento de projetos emblemáticos e financiáveis. As ações-chave incluem:

- Desenvolver a capacidade do governo para desenvolver projetos emblemáticos implementáveis e financiáveis
- Aumentar a qualidade da conceção e implementação do projeto para reduzir a rent-seeking e a corrupção e aumentar a eficiência e eficácia



- Fortalecer a capacidade do governo para entender as oportunidades e requisitos de financiamento e navegar em várias plataformas de financiamento
- Desenvolver e implementar projetos emblemáticos para escala e impacto
- Rever os PAN existentes e os planos regionais de investimento agrícola (PRIA) ou conceber novos planos com projetos emblemáticos e modelos de negócio que os tornem atrativos para financiamento público e privado
- Conceber e implementar programas de literacia financeira para agricultores e PME

4. Melhorar o acesso ao financiamento do investimento para a transformação dos sistemas agroalimentares. As ações-chave incluem:

- Desenvolver e fortalecer mecanismos e plataformas para harmonizar e coordenar a mobilização de investimentos em todos os níveis (local, nacional, regional, continental)
- Criar um mecanismo de financiamento do investimento dos sistemas agroalimentares africanos inclusivos e sensível ao género para mobilizar fundos verdes e de desenvolvimento para empréstimos e subvenções soberanas concessionárias

Saídas

A execução das intervenções estratégicas produzirá vários resultados, incluindo quadros e modelos de financiamento inovadores, parcerias público-privadas e mecanismos de financiamento misto de redução e partilha de riscos. O alcance de programas de educação financeira aprimorados e expandidos será crucial. Outros resultados incluem incentivos ao investimento para as PME e os agricultores, acordos de financiamento agrícola e modelos de financiamento inovadores que serão essenciais para o crescimento do setor.

Resultados Intermediários

A implementação das estratégias propostas visa aumentar e melhorar a qualidade do investimento público e privado nos sistemas agroalimentares. Tal inclui a otimização do financiamento e do calendário dos fundos atribuídos aos PAN e aos PRIA, o reforço da infraestrutura financeira e uma melhor compreensão das necessidades de investimento em todos os subsectores agroalimentares. Como resultado, o financiamento global disponível para o setor agrícola aumentará, em parte porque os riscos de empréstimo para as instituições financeiras serão reduzidos e o acesso aos serviços financeiros ampliado, especialmente para os pequenos agricultores. Além disso, alavancar as tecnologias digitais pode ajudar a diminuir os custos e reduzir o risco de inadimplência entre os pequenos agricultores.

Objectivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional

Apesar dos progressos louváveis na melhoria da segurança alimentar e nutricional em todo o continente, ainda há muito a fazer pela grande parte da população que enfrenta a insegurança alimentar. A abordagem desta questão coloca desafios significativos aos decisores políticos e às partes interessadas, tendo em conta a natureza cada vez mais complexa e interligada da agricultura, da segurança alimentar, da nutrição, da saúde e da segurança alimentar. Os desafios manifestam-se através da falta de culturas diversificadas e ricas em nutrientes, do elevado custo de regimes alimentares saudáveis, das escolhas alimentares limitadas dos consumidores e dos obstáculos relacionados com a farmacos e fitossanitárias. As doenças transmitidas por alimentos, por exemplo, afetam cerca de 130.000 pessoas anualmente,



resultando em altos custos médicos, além da perda de produtividade (devido à perda de trabalho ou de dias escolares). No entanto, uma mão de obra saudável e produtiva é essencial para a transformação socioeconômica do continente.

A Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA destacam o papel dos sistemas agroalimentares na eliminação da fome e de todas as formas de subnutrição. Defende a adoção de práticas para melhorar a disponibilidade, acessibilidade e consumo de dietas saudáveis e seguras para melhores resultados para a saúde humana. Também enfatiza a educação do consumidor e o desenvolvimento de políticas, estratégias e programas sensíveis à qualidade da dieta e à nutrição nos níveis nacional, sub-regional e regional. O reforço dos protocolos SPS e uma só saúde é essencial para salvaguardar a saúde pública e garantir que os alimentos produzidos em África são seguros e nutritivos.

As intervenções, concebidas para dar resposta a desafios significativos no âmbito do sistema agroalimentar, centram-se no reforço das capacidades dos pequenos agricultores e das PME. Estes intervenientes são indispensáveis para a produção de alimentos, mas têm frequentemente dificuldade em cumprir as normas sanitárias e fitossanitárias essenciais.

O objetivo das intervenções propostas é reforçar a capacidade destes intervenientes para cumprirem as normas pertinentes, melhorando assim a segurança e a qualidade dos alimentos e promovendo práticas agrícolas sustentáveis. O setor privado é extremamente importante em toda a cadeia de valor agroalimentar, desde o fornecimento de fatores de produção até à produção, transformação e distribuição. A maximização do potencial do setor privado só é possível quando o setor público cria um ambiente propício que apoia a segurança alimentar. Garantir a acessibilidade dos preços e a acessibilidade dos alimentos ricos em nutrientes é um objetivo principal, em especial para as populações vulneráveis desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar.

O sucesso dessas intervenções dependerá do envolvimento ativo das partes interessadas, incluindo agências governamentais, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidades locais, que devem trabalhar juntas para melhorar a segurança alimentar e nutricional. Em essência, esses esforços aspiram a construir um ambiente alimentar mais sustentável e equitativo, abordando os obstáculos em cada fase do sistema agroalimentar, cultivando assim resiliência e inclusão. Para atingir este objetivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Criar sistemas agroalimentares que melhorem a nutrição humana e os resultados em termos de saúde. As ações-chave incluem:

- Incentivar a diversificação da produção agrícola, nomeadamente através do aumento da produção e do consumo de culturas nutritivas tradicionais e autóctones africanas
- Incentivar o cultivo de culturas diversificadas e ricas em nutrientes, incluindo variedades de culturas biofortificadas, e fortalecer as cadeias de valor para alimentos ricos em nutrientes
- Melhorar o acesso a alimentos nutritivos, apoiando a jardinagem doméstica e a pecuária em pequena escala, a pesca e a produção aquícola, especialmente entre as populações e comunidades marginalizadas



- Estabelecer e expandir iniciativas de alimentação escolar caseira que priorizem alimentos de origem local, melhorando a qualidade nutricional e apoiando os agricultores e comunidades locais
- Fortalecer políticas e programas de nutrição, com foco na educação nutricional e iniciativas de conscientização que ajudem os consumidores a fazer escolhas alimentares mais saudáveis
- Melhorar os serviços de extensão agrícola e a educação nutricional convencional
- Integrar intervenções sensíveis à nutrição no setor agrícola
- Apoiar programas que celebrem os alimentos tradicionais e as cozinhas culturais, enfatizando o rico património alimentar de África, ao mesmo tempo que fortalece as cadeias de valor para alimentos ricos em nutrientes e integra uma abordagem centrada na nutrição em todas as cadeias de valor apoiadas
- Utilizar a comemoração anual do Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional para aprofundar o envolvimento dos Estados-Membros e promover o rico património alimentar de África
- Apoiar programas que reduzam a disparidade de género na segurança alimentar e nutricional
- Aumentar o acesso a frutas, vegetais e alimentos de origem animal através dos mercados locais

2. Fortalecer políticas e programas de nutrição, educação nutricional e conscientização do consumidor. As ações-chave incluem:

- Reforçar a capacidade de desenvolver políticas, estratégias e programas específicos e sensíveis à nutrição ligados aos sistemas agroalimentares a todos os níveis e assegurar ligações com os organismos multissetoriais nacionais existentes para combater a subnutrição
- Implementar diretrizes alimentares que influenciam políticas e programas para integrar dietas saudáveis na agenda de desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis
- Desenvolver e implementar políticas que promovam ambientes alimentares saudáveis, pecuária indígena e produtos madeireiros não florestais
- Realizar formação profissional em educação nutricional, incluindo o fortalecimento das capacidades individuais e institucionais para conceber, implementar, adaptar e avaliar ações, políticas e programas eficazes de educação nutricional
- Integrar a educação nutricional nos currículos escolares

3. Reforçar as normas sanitárias e fitossanitárias e os protocolos de uma só Saúde. As ações-chave incluem:

- Formular e fazer cumprir leis e regulamentos abrangentes de segurança alimentar alinhados com as normas internacionais a nível nacional, sub-regional e regional
- Acelerar a criação da Agência Africana de Segurança Alimentar
- Estabelecer ou reforçar a capacidade das autoridades nacionais de segurança alimentar para supervisionar as normas e práticas de segurança alimentar
- Atualizar laboratórios, instalações de testes e infraestrutura relacionada
- Treinar inspetores e reguladores sobre as normas sanitárias e fitossanitárias
- Implementar sistemas de rastreabilidade e planos de resposta a emergências
- Desenvolver e adotar diretrizes e protocolos One Health
- Sensibilizar para a importância das normas sanitárias e fitossanitárias

- Promover a coordenação nacional e a harmonização das normas de segurança alimentar e comerciais para simplificar processos, melhorar a garantia de qualidade e facilitar o comércio transfronteiriço

4. Abordar as dinâmicas socioeconómicas e reforçar redes de segurança social inovadoras que abordem a nutrição. As ações-chave incluem:

- Fortalecer programas de proteção social e empoderamento econômico, visando famílias vulneráveis e afetadas por choques e crises
- Garantir que as intervenções de proteção social e de segurança social baseadas em dinheiro e alimentos priorizem alimentos saudáveis
- Fornecer apoio personalizado para populações vulneráveis e marginalizadas
- Promover mecanismos como o alívio da dívida, reservas alimentares estratégicas e subsídios aos preços dos alimentos, assegurando simultaneamente que cada país desenvolva uma política clara de segurança alimentar que garanta o abastecimento alimentar ininterrupto, estabeleça reservas de reserva e desenvolva planos de preparação e resposta a catástrofes para perturbações naturais e provocadas pelo homem

Principais resultados

Os principais resultados incluem melhores políticas, regulamentos e programas de segurança alimentar e nutricional; aumento da produção e do consumo de alimentos nutritivos tradicionais e autóctones; o reforço das cadeias de valor que promovem alimentos de elevada densidade nutricional; normas e protocolos de segurança alimentar e SPS; reforço das infraestruturas e capacidades em matéria de segurança alimentar; e políticas e programas do setor agrícola que integrem significativamente intervenções sensíveis à nutrição

Resultados Intermediários

Os principais resultados intermédios incluem a melhoria da regulamentação alimentar e sistemas alimentares mais seguros, maior acesso e consumo de alimentos mais nutritivos, redução dos casos de doenças resultantes da falta de alimentos e menos doenças e surtos de origem alimentar. Outros resultados intermédios incluem a melhoria da diversidade alimentar e da ingestão de nutrientes, a melhoria da segurança e qualidade dos alimentos, o aumento da confiança do público nos sistemas alimentares, a melhoria da nutrição e dos resultados em termos de saúde e a redução da malnutrição e das doenças relacionadas com a dieta (redução da prevalência do atraso de crescimento, deficiências de micronutrientes, excesso de peso, obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas).

Objectivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos

Este objectivo estratégico reconhece que a mudança transformadora nos sistemas agroalimentares de África tem de ser inclusiva. A Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA sublinham a necessidade de melhorar o acesso aos recursos produtivos para grupos marginalizados, incluindo mulheres, jovens, pequenos agricultores, pescadores e pastores. Aborda a desigualdade e os desequilíbrios de poder que restringem as mulheres, os jovens (mulheres e homens) e outros grupos marginalizados. As desigualdades que afetam estes grupos são exacerbadas por extremos climáticos, catástrofes, conflitos, abrandamentos e



recessões económicas e a inacessibilidade de regimes alimentares saudáveis, que os afetam de forma desproporcionada. Além disso, estes constrangimentos são moldados e reforçados por normas sociais e desigualdades estruturais.

Através da implementação de programas inclusivos de proteção social, garantindo a inclusão financeira e promovendo o uso da tecnologia digital na agricultura, este objetivo estratégico visa capacitar estes grupos para participarem plenamente na economia dos sistemas agroalimentares. Melhorar o acesso ao mercado e a integração é também crucial para garantir que todos os agricultores, independentemente da sua escala, possam beneficiar dos crescentes mercados agroalimentares de África.

Os pequenos agricultores, as mulheres e os jovens contribuem significativamente para os sistemas agroalimentares. No entanto, as evidências mostram que eles muitas vezes têm acesso mais limitado a recursos e serviços produtivos do que a média dos grandes agricultores, homens e adultos, respectivamente, o que afeta o retorno de seu trabalho e outros investimentos em sistemas agroalimentares. Rendimentos mais baixos conduzem a piores resultados socioeconómicos. As intervenções aqui abordam este desafio e outros por meio de políticas, instituições, programas e investimentos inclusivos que melhoram a infraestrutura e o acesso a serviços sociais em áreas rurais e entre comunidades marginalizadas, promovem a igualdade de gênero e desenvolvem habilidades empreendedoras e de liderança entre grupos marginalizados. Para atingir este objetivo, serão realizadas as seguintes intervenções estratégicas:

1. Melhorar a infraestrutura e o acesso aos serviços sociais nas áreas rurais e entre as comunidades marginalizadas, de acordo com as Diretrizes Voluntárias sobre o Direito à Alimentação. As ações-chave incluem:

- Investir em infraestruturas energéticas, rodoviárias, TIC e de irrigação
- Melhorar o acesso à educação, saúde, água e saneamento

2. Facilitar o acesso a recursos produtivos seguros para mulheres, jovens e grupos marginalizados por meio de programas direcionados à terra, finanças, mercados, informações e redes, e insumos como sementes e fertilizantes. As ações-chave incluem:

- Implementar políticas fundiárias sensíveis ao gênero que proporcionem posse e direitos fundiários seguros para mulheres e jovens
- Garantir acesso equitativo aos mercados, TIC e financiamento acessível para mulheres, jovens e grupos marginalizados
- Investir em tecnologias, incluindo tecnologias de economia de mão de obra e climaticamente inteligentes, que atendam às necessidades de mulheres, jovens e grupos marginalizados
- Melhorar o acesso das mulheres e dos jovens às terras agrícolas

3. Implementar programas inclusivos de proteção social. As ações-chave incluem:

- Alargar a cobertura da proteção social aos trabalhadores do sistema agroalimentar, incluindo os agricultores
- Proporcionar acesso a uma proteção social abrangente, adequada e sustentável, incluindo segurança social e assistência social a todos os grupos vulneráveis

- Implementar programas de proteção social que reconheçam, reduzam e redistribuam o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres rurais

4. Reforçar a emancipação económica e reforçar as capacidades. As ações-chave incluem:

- Melhorar as habilidades e capacidades de mulheres, jovens e grupos marginalizados através de treinamento e educação
- Promover oportunidades de liderança para mulheres e jovens nos sistemas agroalimentares e nos órgãos de decisão
- Criar oportunidades de emprego decente em cadeias de valor agrícolas para mulheres, jovens e grupos marginalizados
- Desenvolver mecanismos de financiamento verde e produtos adaptados às necessidades das mulheres e acessíveis a cooperativas de mulheres e agronegócios liderados por mulheres
- Incluir ativamente grupos marginalizados, como mulheres, jovens e pequenos agricultores nos sistemas agroalimentares, melhorando o seu acesso a serviços financeiros, mercados e tecnologia

5. Implementar políticas e instituições inclusivas. As ações-chave incluem:

- Garantir que as políticas e instituições respondam às necessidades das mulheres, jovens e grupos marginalizados
- Desenvolver e implementar políticas inclusivas que apoiem a participação de mulheres, jovens e grupos marginalizados nos sistemas agroalimentares
- Fortalecer as instituições para apoiar a igualdade de género e a capacitação dos jovens nos sistemas agroalimentares
- Reforçar a recolha e análise de dados desagregados por sexo e idade
- Integrar políticas e programas sensíveis ao género para promover meios de subsistência equitativos em toda a cadeia de valor agrícola
- Desenvolver iniciativas que capacitem grupos marginalizados a envolverem-se plena e eficazmente nas cadeias de valor agrícolas

6. Garantir salários dignos, salário igual para trabalho igual e segurança no local de trabalho para mulheres e jovens nos sistemas agroalimentares. As ações-chave incluem:

- Desenvolver e implementar políticas de salário igual para trabalho igual para mulheres e jovens trabalhadores dos sistemas agroalimentares
- Desenvolver e promover normas para os locais de trabalho do sistema agroalimentar, a fim de garantir que estão livres de assédio sexual, em conformidade com a Convenção C190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Principais resultados

Entre os principais resultados contam-se as infraestruturas rurais e a melhoria dos serviços sociais que tornam atrativa a vida e a atividade empresarial nas zonas rurais. Outros resultados incluem programas de proteção social com maior cobertura em termos de beneficiários alcançados, treinamento de desenvolvimento de habilidades para grupos-alvo marginalizados e políticas inclusivas.

Resultados Intermediários



Os resultados intermediários incluem maior igualdade e participação de mulheres, jovens e grupos marginalizados em sistemas agroalimentares, maior acesso a treinamento para grupos marginalizados, melhores habilidades e conhecimentos de grupos marginalizados e políticas mais inclusivas.

Objetivo estratégico 5: Construir sistemas agroalimentares resilientes

O quinto objetivo estratégico é construir sistemas agroalimentares resilientes que possam resistir e adaptar-se a vários choques e fatores de tensão, incluindo as alterações climáticas, as flutuações do mercado e as convulsões sociais. A estratégia enfatiza o fortalecimento da infraestrutura institucional para enfrentar esses desafios de forma eficaz. Tal exige um investimento numa compreensão mais profunda da natureza e dos fatores de vulnerabilidade. Esta percepção é crucial para o desenvolvimento de estratégias que melhorem a preparação e a capacidade de resposta durante choques. Ao instituir e fortalecer programas que aumentam a resiliência dos meios de subsistência em tempos normais, a estratégia visa ajudar as comunidades a manter a segurança alimentar e sustentar a produtividade agrícola, mesmo diante das adversidades.

Os sistemas agroalimentares de África estão sob forte pressão devido a uma interação complexa de desafios climáticos, ambientais, socioeconómicos, políticos, tecnológicos e relacionados com a saúde. As importações de alimentos, a dependência da agricultura de sequeiro, a infraestrutura inadequada e os conflitos, entre outros fatores, exacerbam as vulnerabilidades. Além disso, as alterações climáticas representam um desafio significativo, com fenómenos meteorológicos extremos a afetarem a produção, a produtividade e os recursos hídricos. Os recursos financeiros limitados e a instabilidade económica dificultam os esforços de adaptação. Assim, é essencial uma abordagem abrangente e multifacetada para a construção de sistemas agroalimentares resilientes, alinhada com as cinco capacidades críticas de resiliência – preventiva, antecipativa, absorptiva, adaptativa e transformadora. As principais prioridades incluem o reforço das infraestruturas, o reforço das capacidades, os sistemas de conhecimento, os sistemas de alerta precoce, a coerência das políticas e as respostas coordenadas, para além da promoção de uma agricultura inteligente em termos climáticos, incluindo a irrigação, a diversificação e o reforço da resiliência dos agricultores. Para alcançar este objetivo, serão implementadas as seguintes áreas-chave de intervenção:

1. Investir nas capacidades humanas e biofísicas, bem como nos sistemas sociais, institucionais e de conhecimento, para melhor compreender, prevenir, antecipar e responder aos grandes choques que afetam os sistemas agroalimentares. As ações-chave incluem:

- Investir em capacidades humanas e sistemas de conhecimento para melhor compreender e gerir choques, fatores de stress e ameaças do sistema agroalimentar e reforçar o planeamento de cenários e prospetivos e a modelação preditiva
- Apoiar a integração de TVETs na preparação de agentes de entrega de última milha, essenciais para um sistema agroalimentar robusto e funcional
- Investir em sistemas de alerta precoce que permitam uma tomada de decisão melhor e mais atempada e medidas proativas para mitigar interrupções
- Desenvolver, fortalecer e financiar instituições e programas que criem, apoiem, divulguem e incentivem o uso de dados e conhecimento



- Promover tecnologias agrícolas de precisão, incluindo dados geoespaciais e IA, que possam monitorar e relatar as condições de cultivo, forragem, pecuária e pesca em tempo real
- Abordar o impacto de vários choques e fatores de tensão em grupos específicos, como os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência, os povos indígenas e os residentes de países vulneráveis, e conceber medidas de resposta adaptadas
- Promover uma paz duradoura através da resolução de conflitos e de iniciativas de consolidação da paz
- Promover práticas agrícolas sustentáveis e desenvolver as infraestruturas necessárias para apoiar a resiliência nos sistemas agroalimentares
- Reforçar a capacidade institucional nacional e regional para uma resposta eficaz e atempada a surtos e invasões de pragas migratórias

Reforçar a capacidade de absorção dos sistemas agroalimentares para minimizar os danos, proteger os meios de subsistência e reconstruir melhor em caso de choque. As ações-chave incluem:

- Investigar os padrões e fatores de vulnerabilidade a nível doméstico e comunitário e utilizar estes conhecimentos para melhorar a preparação e responder de forma mais eficaz a choques
- Fortalecer protocolos coordenados e robustos de resposta a emergências e recuperação para minimizar interrupções e facilitar a recuperação rápida
- Estabelecer e melhorar a colaboração entre os atores locais, nacionais e internacionais para garantir uma abordagem unificada e eficiente na gestão de crises do sistema agroalimentar
- Promover a transferência de riscos e medidas de proteção social, como seguros e crédito, que ajudem os agricultores a gerir os riscos e a recuperar das perdas;
- Estabelecer e fortalecer mercados para melhorar os fluxos de commodities e reduzir o desperdício

Promover a adaptação nos sistemas agroalimentares e nos meios de subsistência para reduzir a vulnerabilidade a grandes choques e fatores de stress. As ações-chave incluem:

- Estabelecer sistemas de alerta precoce e ferramentas de gestão de risco para proteger os agricultores de eventos imprevisíveis e mitigar perdas potenciais
- Desenvolver, dimensionar e promover a adoção de uma agricultura resiliente ao clima e de baixas emissões
- Expandir técnicas inteligentes de irrigação, como captação de água da chuva, sistemas de irrigação eficientes (por exemplo, irrigação por gotejamento), energia solar e melhor armazenamento e colheita de água para lidar com padrões irregulares de chuvas
- Promover a diversificação das explorações agrícolas e dos sistemas de cultivo (por exemplo, produção de culturas, aquicultura, pesca e pecuária)
- Equipar os agricultores com ferramentas, incluindo tecnologias digitais, para gerir os riscos
- Melhorar os serviços de extensão agrícola para equipar os agricultores com os conhecimentos e recursos necessários, incluindo o conhecimento local
- Expandir o uso de energia renovável na agricultura, incluindo sistemas de irrigação movidos a energia solar e biogás e outras fontes de energia renováveis para processamento, armazenamento e cozimento pós-colheita
- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento e promover o uso de energia eólica e micro-hídrica para operações agrícolas em áreas adequadas



- Reduzir a perda e o desperdício de alimentos melhorando as instalações de armazenamento e a infraestrutura de transporte
- Incentivar a adoção de práticas e tecnologias que estendam a vida útil dos produtos agrícolas (por exemplo, melhor secagem, embalagem e refrigeração)
- Promover a mudança de comportamento entre os consumidores como parte da criação de uma economia alimentar circular
- Fortalecer as capacidades conjuntas de extensão agrícola e pesquisa em todos os níveis, enfatizando o papel crítico da pesquisa e inovação na geração de novos conhecimentos e soluções e garantindo que essas contribuições sejam mais visíveis e integradas nas práticas e políticas agrícolas

4. Investir em capacidades transformadoras a longo prazo para criar sistemas agroalimentares fundamentalmente diferentes, mais resilientes e inclusivos. As ações-chave incluem:

Práticas Agrícolas Sustentáveis e Gestão do Território

- Investir em práticas agrícolas climaticamente inteligentes, diversificar a produção agrícola e melhorar os sistemas de gestão da água para fortalecer a resiliência contra as mudanças climáticas e choques externos
- Promover a intensificação agrícola sustentável para aumentar a produção, proteger os ecossistemas, melhorar a alimentação e a nutrição e aumentar os rendimentos
- Promover a gestão sustentável da terra, a gestão integrada da fertilidade do solo, práticas sustentáveis de pastoreio, reflorestação e florestação que reduzam a erosão, melhorem a saúde do solo e a produtividade agrícola, contribuam para o sequestro de carbono e restaurem terras degradadas
- Preservar e utilizar os recursos genéticos indígenas para melhorar o desenvolvimento de variedades de culturas diversificadas, nutritivas e resilientes

Infraestruturas e diversificação para o reforço da resiliência

- Investir em infraestruturas robustas de sistemas agroalimentares, incluindo sistemas de transporte, armazenamento e irrigação, que reduzam as perdas pós-colheita e a dependência de sistemas de sequeiro, melhorem o acesso ao mercado e o comércio e aumentem os rendimentos
- Promover a diversificação das culturas e da pecuária para reduzir a sensibilidade dos sistemas agroalimentares às alterações climáticas e outros choques e aumentar a segurança alimentar e nutricional
- Promover a diversificação dos meios de subsistência para reduzir a dependência de monoculturas ou tipos de gado, aumentando assim a estabilidade do rendimento das famílias e reduzindo a vulnerabilidade a choques
- Estabelecer e manter reservas alimentares estratégicas nacionais e regionais para aumentar a segurança alimentar durante os períodos de interrupção
- Criar mecanismos claros para se conectar com organizações que abordam conflitos que afetam a agricultura, incluindo pecuária e agroflorestas, incorporando especificamente pastagens e pastagens para mitigar disputas entre criadores de gado e vida selvagem.

Tecnologia, inovação e suporte ao mercado



- Promover tecnologia e inovação para impulsionar a produtividade, eficiência e resiliência agrícola, especialmente entre pequenos produtores e jovens empreendedores
- Investir na melhoria da política e em ambientes propícios para permitir o desenvolvimento e o acesso à tecnologia e ao mercado
- Fortalecer a educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática nos níveis primário, secundário e terciário para treinar a próxima geração de cientistas, pesquisadores e agricultores experientes em tecnologia e atores da cadeia de valor
- Garantir que cada país desenvolva uma massa crítica de graduados em dados geoespaciais, IA e tecnologias emergentes
- Embarcar em mentoria para aproveitar o conhecimento global e emergente como um requisito para a transformação de sistemas agroalimentares

Principais resultados

A intervenção visa aumentar e ampliar a adoção de tecnologia de agricultura inteligente em termos climáticos, ao mesmo tempo em que fortalece políticas e instituições capacitadoras para facilitar a alavancagem efetiva do financiamento climático. Desenvolverá infraestruturas para rastrear e medir dados sobre gases com efeito de estufa, promover práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos e estabelecer instituições de adaptação e mitigação. Ao aumentar significativamente a dotação de financiamento da luta contra as alterações climáticas para o sistema agroalimentar, as intervenções apoiarão a promoção de políticas e as avaliações de impacto climático, a fim de reforçar a resiliência e a sustentabilidade agrícolas em geral.

Resultados Intermediários

As intervenções visam aumentar a resiliência do setor agrícola aos choques climáticos, conduzindo a uma maior capacidade de adaptação e à redução da vulnerabilidade aos impactos climáticos. Simultaneamente, contribuirão para a redução das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do sistema agroalimentar. Estes resultados serão medidos através de índices de capacidade, perdas evitadas e reduções das emissões de gases com efeito de estufa.

Objetivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agroalimentares

Por último, o sexto objetivo estratégico é reforçar a governação dos sistemas agroalimentares para alcançar estes objetivos ambiciosos e, em última análise, a visão do PIDAA. A estratégia apela às partes interessadas para que envidem mais esforços para integrar plenamente a agenda PIDAA nos PAN e nas PRIA, assegurando que os esforços para transformar os sistemas agroalimentares se alinham com objetivos de desenvolvimento mais vastos. Salienta igualmente a importância da coerência das políticas, da descentralização e do reforço da governação local na criação de um ambiente propício à transformação dos sistemas agroalimentares. Além disso, a estratégia defende a criação de sistemas sólidos para a tomada de decisões com base em dados concretos e a responsabilização mútua, que são essenciais para o acompanhamento dos progressos e a responsabilização. A estratégia também enfatiza a necessidade de reforçar a liderança política e a defesa do PIDAA nos níveis continental, regional e nacional.



Espera-se que as intervenções estratégicas delineadas nesta Estratégia e Plano de Ação do PIDAA conduzam a uma maior resiliência a choques e fatores de stress, à adoção generalizada de práticas sustentáveis, ao reforço do investimento público e privado nos sistemas agroalimentares, ao acesso equitativo aos recursos e à melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Uma governação eficaz é a pedra angular da construção de sistemas agroalimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis em África. À medida que o continente enfrenta exigências crescentes devido ao crescimento demográfico, às alterações climáticas e às pressões económicas, estruturas de governação fortes tornam-se ainda mais críticas. Neste contexto, a governação engloba a liderança e a apropriação, a coerência das políticas e a tomada de decisões com base em dados concretos. Garante que todas as partes interessadas — de órgãos governamentais a pequenos agricultores, sociedade civil e setor privado — estejam alinhadas em seus esforços para transformar os sistemas agroalimentares.

É necessária uma liderança forte e um sentimento de apropriação para transformar os sistemas agroalimentares de África. Os líderes em todos os níveis – nacional, regional e continental – devem ser visionários, comprometidos e capazes de mobilizar recursos e partes interessadas para alcançar os objetivos e metas estabelecidos na nova Estratégia e Plano de Ação do PIDAA. Alcançar uma liderança forte exige que os países e regiões harmonizem e domesticem o PIDAA nos seus Planos de Investimento Agroalimentar Nacionais e Regionais. Esse alinhamento garante que as políticas não só sejam integradas em agendas de desenvolvimento mais amplas, mas também sejam legisladas, orçadas e executadas de forma eficaz.

A vontade política e a liderança são fundamentais para promover a apropriação. Os Estados-Membros, as CER e a CUA assumem a liderança na mobilização de investimentos públicos e privados, incluindo a alavancagem das remessas da diáspora, para apoiar a transformação sustentável dos sistemas agroalimentares. Além disso, o envolvimento dos produtores rurais, das organizações de agricultores (organizações interprofissionais estruturadas ao longo das cadeias de valor agrícolas nacionais e regionais) e das organizações profissionais é crucial para garantir que estes grupos participem e beneficiem ativamente das iniciativas do PIDAA.

Para alcançar este objetivo, serão implementadas as seguintes áreas-chave de intervenção:

1. Reforçar a liderança e a apropriação. As acções-chave incluem:

- Integrar e refletir plenamente a nova Estratégia e Plano de Ação do PIDAA nos Planos Nacionais de Investimento do Sistema Agroalimentar
- Estabelecer um sistema transparente de prestação de contas para estratégias, políticas e programas de desenvolvimento entre os atores do sistema agroalimentar e um sistema de monitoramento para acompanhar o progresso
- Estabelecer um conselho consultivo de sistemas agroalimentares liderado pelo setor privado que forneça orientação estratégica e apoio aos governos e outras partes interessadas



- Reforçar a supervisão parlamentar para a prestação de contas e assegurar o alinhamento dos orçamentos com políticas e estratégias baseadas em dados concretos
- Estabelecer quotas e metas para a inclusão de mulheres, jovens e outros grupos marginalizados em todas as estruturas de governação agroalimentar, em linha com as normas internacionais
- Reforçar abordagens inclusivas com consulta e participação de instituições de investigação, grupos de reflexão e observadores
- Reforçar a ligação entre os sistemas de informação agrícola e os sistemas de informação de segurança alimentar e nutricional

2. Aumentar a coerência das políticas e reforçar a governação. As acções-chave incluem:

- Garantir que os processos de tomada de decisão sejam inclusivos e incorporem ativamente as vozes e perspetivas dos agricultores, particularmente dos pequenos agricultores, para informar o desenvolvimento de políticas e programas
- Harmonizar e alinhar as políticas setoriais (agricultura, energia, água, infraestruturas, comércio, nutrição, etc.) a nível nacional, regional e continental, orientadas pelos objetivos e prioridades da Estratégia e Plano de Ação do PIDAA
- Intensificar e reforçar a execução destas políticas através da realização de reformas políticas nacionais, regionais e transfronteiriças para assegurar a coerência
- Fortalecer a governança rural e a ação local que apoie e permita a participação ativa das comunidades locais, organizações de agricultores e cooperativas na formulação e implementação de políticas

3. Promover a tomada de decisões com base em dados concretos e a responsabilização mútua. As acções-chave incluem:

- Estabelecer um sistema de apoio ao conhecimento de sistemas agroalimentares para melhorar a qualidade dos dados e simplificar a gestão de dados a nível nacional, regional e continental
- Promover mecanismos de responsabilização mútua, incluindo processos aprimorados de supervisão e relatórios, como o BR, para garantir que todas as partes interessadas – de altos funcionários do governo a pequenos agricultores – sejam responsabilizadas por seus papéis e compromissos no sistema agroalimentar
- Melhorar a recolha de dados e os métodos analíticos para melhor informar as decisões políticas e melhorar a governação global e a eficácia dos sistemas agroalimentares
- Reforçar a capacidade dos sistemas nacionais e regionais de investigação e estatística para gerar e utilizar elementos de prova que facilitem uma melhor tomada de decisões
- Institucionalizar as RCS agroalimentares a nível local, subnacional, nacional e regional e envolver todas as partes interessadas, incluindo grupos marginalizados
- Desenvolver e fortalecer sistemas de monitoramento e avaliação (M&E) para PIDAA para apoiar estruturas de governança adaptativas e responsivas



- Criar um "Radar de Políticas" continental e regional para facilitar o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas e a partilha de atualizações regulares sobre o custo da fome em África

Principais resultados

Os principais resultados incluem um conselho consultivo de sistemas agroalimentares estabelecido e operacional, um orçamento do sistema agroalimentar aprovado através de processos parlamentares, um quadro melhorado de harmonização e alinhamento de políticas e mecanismos e estruturas para um melhor planeamento, implementação e aprendizagem baseados em dados concretos.

Resultados Intermediários

Os resultados intermédios esperados destes esforços incluem uma maior apropriação das partes interessadas, um maior interesse e participação das partes interessadas na definição e implementação de agendas, um melhor planeamento baseado em dados concretos e responsabilização mútua, bem como o reforço da capacidade institucional para produzir resultados a longo prazo. Outros resultados incluem uma maior coerência política, um melhor alinhamento das políticas nacionais e regionais com as metas e objetivos estratégicos do PIDAA e o reforço da capacidade institucional. Em última análise, estes esforços conduzirão ao estabelecimento de estruturas de governação sustentáveis e resilientes, capazes de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento a longo prazo no setor agroalimentar de África.

5. Reforçar a implementação e a coordenação do PIDAA

A Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA procuram melhorar a implementação do PIDAA, enfrentando os desafios críticos que os sistemas agrícolas e alimentares do continente enfrentam. Apesar do crescente reconhecimento do desenvolvimento agrícola como uma prioridade, os progressos no sentido da consecução dos objetivos da Declaração de Malabo têm sido lentos devido a uma governação fraca, capacidade limitada e envolvimento inadequado das partes interessadas. O subfinanciamento crónico do setor, a gestão ineficaz dos conhecimentos e a falta de coordenação impedem ainda mais o alinhamento dos planos nacionais de investimento no sistema agroalimentar com objetivos de desenvolvimento mais amplos e o cumprimento das metas globais. É igualmente necessário abordar a questão da fragilidade das responsabilizações, tanto a nível nacional como regional, e criar mecanismos de incentivo. Para ultrapassar estes obstáculos, a estratégia coloca a tónica no reforço da capacidade institucional e humana, na promoção de parcerias público-privadas, na melhoria dos sistemas de dados e de informação e na promoção da cooperação regional. Ao aumentar a apropriação nacional, otimizar os sistemas administrativos existentes e reforçar os quadros legislativos, a estratégia visa criar estruturas de implementação sólidas e sustentáveis. As principais intervenções são apresentadas a seguir.

Reforço das capacidades institucionais e humanas a todos os níveis (nacional, regional e continental)



A implementação eficaz da agenda do PIDAA depende de instituições sólidas e pessoal qualificado. O reforço da capacidade humana e institucional é essencial para alinhar os Planos Nacionais de Investimento Agroalimentar com objetivos de desenvolvimento mais amplos e melhorar a execução global do programa. As ações-chave incluem:

- Reforçar as principais instituições de execução, dotando-as de recursos financeiros adequados e de conhecimentos técnicos especializados
- Estabelecer modelos baseados em parcerias público-privadas para o desenvolvimento do capital humano, inovação tecnológica, infraestruturas comerciais, desenvolvimento do mercado e acesso ao financiamento
- Mobilizar e apoiar centros locais de especialização para melhorar os dados e as capacidades analíticas para obter evidências oportunas e relevantes para orientar o design e a implementação de políticas e programas
- Melhorar as capacidades das plataformas de responsabilização mútua para levar a cabo processos de revisão baseados em dados concretos, abrangentes e inclusivos

Promover a Coordenação e a Colaboração

A implementação eficaz do sistema agroalimentar a nível nacional exigirá uma forte colaboração entre os diferentes ministérios, departamentos e agências governamentais, cada um dos quais deve também desempenhar o papel que lhe foi atribuído na consecução de objetivos comuns. Para tal, é necessária uma liderança central forte ao mais alto nível.

O Gabinete do Presidente ou o Gabinete do Primeiro-Ministro tem de assumir esta responsabilidade.

O reforço dos mecanismos de coordenação e a promoção de parcerias a todos os níveis criarão sinergias, otimizarão a utilização dos recursos e acelerarão o progresso no sentido da consecução dos objetivos e metas do PIDAA. As ações-chave incluirão:

- Fortalecer parcerias e colaboração entre as principais partes interessadas, parceiros de desenvolvimento e o setor privado
- Fortalecer as plataformas de diálogo, coordenação, aprendizagem e prestação de contas entre as várias partes interessadas a nível nacional
- Reforçar os mecanismos de coordenação regional e as parcerias com as agências regionais
- Reforçar a coordenação e as capacidades técnicas das instituições da UA (CUA, ADUA-NPDA e CER)

Mobilização de Recursos e Sustentabilidade Financeira

Um financiamento adequado e sustentável é essencial para o êxito da implementação do PIDAA. Diversificar as fontes de financiamento, otimizar a alocação de recursos e alavancar parcerias público-privadas são formas fundamentais de financiar iniciativas agrícolas sustentáveis. As ações-chave incluirão:

- Desenvolver parcerias estratégicas e desenvolver a capacidade das principais organizações nacionais, do setor financeiro e do setor privado para mobilizar recursos
- Assegurar uma afetação equilibrada de financiamento a todos os objetivos estratégicos dos Planos de Investimento do Sistema Agroalimentar Nacional



6. Recursos para a Estratégia e o Plano de Ação da PIDAA

Os Estados-Membros da UA são responsáveis pela mobilização de recursos internos e externos para implementar a Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA através dos seus Planos Nacionais de Investimento no Sistema Agroalimentar. Cada Estado-Membro afetará recursos aos seus planos de acordo com os procedimentos do seu ciclo orçamental anual.

As instituições continentais (CUA, ADUA-NPDA e CER) também necessitam de recursos para apoiar os Estados-Membros. As áreas de apoio incluem (i) apoio técnico para a domesticação da Declaração de Kampala em PNIA; (ii) convocação do Comité Técnico Especializado em Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente para fornecer orientações políticas durante a implementação; (iii) monitoramento e relatórios através do mecanismo PIDAA RB; (iv) comunicação e defesa; e (v) reforço das capacidades dos Estados-Membros através de programas de formação especializada. As principais intervenções são:

Reforçar o financiamento público para a execução

A implementação da Estratégia e do Plano de Ação PIDAA exigirá um apoio significativo dos Estados-Membros através dos seus orçamentos nacionais. No entanto, a experiência da era Malabo mostra que o financiamento público para a agricultura muitas vezes fica aquém da meta de 10%. Para aumentar os investimentos nas transformações do sistema agroalimentar, a UA trabalhará em estreita colaboração com os governos nacionais para ligar o desenvolvimento do sistema agroalimentar à realização das suas agendas de desenvolvimento nacional mais vastas. Além disso, devem ser realizadas revisões das despesas públicas em todos os Estados-Membros para avaliar a eficiência e a eficácia das dotações orçamentais. As análises ajudarão também a identificar as áreas com maior retorno dos investimentos, dadas as restrições de recursos a nível nacional.

Criação de um Fundo Especial para as Instituições Continentais

Para apoiar eficazmente a implementação da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA, é essencial a criação de um fundo especial. Este fundo reuniria recursos de várias fontes, incluindo os Estados-Membros, os parceiros de desenvolvimento e o sector privado, especificamente para a CUA, a ADUA-NPDA e as CER. Este fundo deve ter uma estrutura flexível que lhe permita responder a várias necessidades, desde o reforço das capacidades ao apoio a projetos, e responder rapidamente a desafios emergentes. Uma capitalização inicial por parte dos Estados-Membros, combinada com contribuições de doadores internacionais, poderia assegurar a sustentabilidade e a eficácia do fundo. A governação deste veículo deve ser transparente, com mecanismos de responsabilização claros para garantir que os fundos são utilizados de forma eficiente e para os fins pretendidos.

Apoio aos processos de implementação a nível nacional



A transformação dos sistemas agroalimentares de África será realizada principalmente através de iniciativas e projetos implementados a nível nacional. Os países onde as políticas são postas em prática, as infraestruturas são construídas, as práticas agrícolas são melhoradas e os sistemas alimentares são reforçados. Isto garante que as intervenções são específicas do contexto e adaptadas às necessidades e desafios específicos de cada país. Além disso, reforça a apropriação nacional das iniciativas, uma vez que é mais provável que os países se comprometam a participar em projetos que tenham desempenhado um papel direto na conceção e execução.

Alavancar o financiamento dos doadores para o reforço das capacidades e a assistência técnica

O financiamento dos doadores tem desempenhado historicamente um papel significativo no apoio ao sector agrícola africano. No entanto, na era PIDAA pós-Malabo, é crucial mudar o foco das contribuições dos doadores do financiamento de projetos para o reforço da capacidade das entidades de execução. Esta mudança ajudará a garantir que os Estados-Membros, a CUA, ADUA-NPDA e as CER tenham as competências, os conhecimentos e os recursos necessários para transformar os sistemas agroalimentares. Para tal, a UA trabalhará com parceiros de desenvolvimento para criar programas personalizados que construam a capacidade institucional destas entidades através de programas de formação, plataformas de partilha de conhecimento, assistência técnica para melhorar a eficiência operacional e o fornecimento de ferramentas e recursos técnicos que permitam uma implementação mais eficaz da Estratégia e Plano de Ação do PIDAA.

Reforçar a participação do setor privado no apoio à execução

O setor privado será um interveniente fundamental na implementação da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA. Os investimentos do setor privado serão o que impulsionará a transformação dos sistemas agroalimentares africanos. Como tal, mobilizar o setor privado será fundamental. Como tal, os investimentos do setor público devem dar prioridade à criação de um ambiente propício aos investimentos do setor privado. Tal pode ser feito através de parcerias público-privadas em domínios como o desenvolvimento de infraestruturas, a transferência de tecnologia e o reforço das capacidades. Entidades do setor privado, principalmente empresas, mas também organizações filantrópicas, podem fornecer financiamento, experiência e apoio logístico para várias atividades. Incentivar o setor privado a contribuir para o fundo especial seria também uma escolha estratégica sensata.

Incorporar o financiamento ecológico no apoio à execução

A transição para uma agricultura sustentável e climaticamente inteligente é um pilar central da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA. Por conseguinte, a incorporação do financiamento verde na estratégia de recursos é essencial, tanto para cobrir os investimentos diretos como para apoiar os esforços de implementação das principais entidades. O



financiamento verde pode ser utilizado para financiar iniciativas que reforcem a capacidade dos Estados-Membros, da CUA, ADUA-NPDA e CER para implementar práticas agrícolas inteligentes em termos climáticos em todo o continente. O acesso a fundos verdes internacionais, como o Fundo Verde para o Clima e outros mecanismos semelhantes, pode fornecer o apoio financeiro muito necessário para que estas entidades implementem projetos relacionados com o clima. Isto permitir-lhes-á integrar melhor a sustentabilidade nas suas estratégias e operações, alinhando-se assim com as tendências globais para a sustentabilidade ambiental.

Mobilização de Receitas da Exploração Mineral para Apoio à Implementação

A riqueza mineral de África oferece uma oportunidade única para financiar a implementação da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA. Ao afetar uma parte das receitas provenientes da exploração mineral, os Estados-Membros podem prestar um apoio financeiro consistente e substancial à CUA, ADUA-NPDA e CER. Esta abordagem envolveria a criação de mecanismos específicos no âmbito de quadros nacionais e regionais para atribuir uma percentagem das receitas minerais a um fundo específico ou diretamente a entidades da UA. Este financiamento poderá ser utilizado para uma série de fins, incluindo o reforço das capacidades, o desenvolvimento de infraestruturas e os custos operacionais associados à execução da estratégia e do plano de ação. Garantir a transparência e a responsabilização na utilização destes fundos será fundamental para manter o apoio e a confiança dos setores público e privado.

7. Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento PIDAA

O principal objetivo do Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento PIDAA é fornecer, armazenar, recuperar, disseminar e incentivar o uso de dados, informações e conhecimentos de alta qualidade e oportunos para a tomada de decisões, planeamento de políticas e implementação de atividades adaptativas em apoio à transformação do sistema agroalimentar. O sistema de gestão e apoio ao conhecimento facilitará a aprendizagem contínua, apoiará a tomada de decisões com base em dados concretos e promoverá uma cultura de transparência e responsabilização entre as partes interessadas. As áreas de intervenção incluirão processos de gestão do conhecimento, responsabilização mútua, monitorização e avaliação, sistemas de relatórios, sistemas de disseminação e comunicação e advocacia. Os sistemas existentes a nível nacional, regional e continental serão reforçados para garantir que a implementação de políticas e programas se baseie em evidências continuamente atualizadas.

O principal objetivo para os próximos dez anos de gestão do conhecimento, responsabilidade mútua e relatórios do PIDAA é ter sistemas institucionalizados, escaláveis e robustos de gestão de dados e prestação de contas mútua do PIDAA. Governados pelos Estados-Membros



da UA, estes sistemas fornecerão dados abrangentes, de qualidade, fiáveis e credíveis que facilitam a tomada de decisões baseadas em dados concretos e investimentos direcionados. O reforço da gestão do conhecimento será realizado nas seguintes áreas: i) identificação do conhecimento existente, ii) criação de novos conhecimentos, iii) armazenamento e acondicionamento do conhecimento criado e iv) partilha de conhecimentos e garantia da sua utilização. O fortalecimento do processo de RB – incluindo coleta de dados, mecanismos de garantia de qualidade, validação e finalização do relatório – é um componente fundamental desta área de intervenção. Notavelmente, o sistema PIDAA RB (RB) — o centro para dados, informações e armazenamento e recuperação de dados abrangentes e confiáveis — será fortalecido e melhorado.

A responsabilização mútua será reforçada através de mecanismos como as REC, o Sistema Regional de Análise Estratégica e Apoio ao Conhecimento, o Evento de Aprendizagem Política de Kampala e diálogos sobre o relatório PIDAA RB. O sucesso destes mecanismos, no entanto, depende de uma ampla participação das partes interessadas, que atualmente é impedida por limitações de financiamento, entre outras questões.

Fortalecimento do quadro de fusões e aquisições: O sistema de fusões e aquisições produzirá o relatório PIDAA RB com base em dados agregados de nível nacional que foram revisados e relatados usando os indicadores de monitoramento de progresso acordados. Os sistemas de fusões e aquisições serão construídos com base na abordagem de gestão baseada em resultados, que visa apoiar a tomada de decisões. A estratégia será revista após cinco anos de implementação e avaliada no final dos dez anos para fundamentar a formulação da quarta fase do PIDAA (2036-2045).

Fortalecimento dos sistemas de relatórios: O principal objetivo dos relatórios é manter as partes interessadas informadas sobre o desempenho, incluindo o progresso em direção às metas, metas e realizações acordadas. Os relatórios também destacam desafios, riscos e utilização de recursos. As principais fontes de dados e informações para o relatório PIDAA RB são o processo de monitoramento e o sistema RB. O sistema de M&E produzirá os relatórios de revisão periódica como uma continuação dos relatórios Malabo PIDAA RB, acompanhando o impacto dos mecanismos de implementação, como os PNIA e, posteriormente, usando essas informações para tomar decisões informadas e melhorar o planeamento e a implementação futuros.

Implantação de um nível mínimo de capacidade em cada nível: Espera-se que cada Estado-Membro tenha um nível mínimo de capacidade e uma equipe de M&E designada pelo governo para coletar, sintetizar, gerenciar e relatar dados de medição de desempenho para investimentos PIDAA. Os esforços de M&E nos três níveis da UA serão apoiados por (i) os sistemas de apoio ao conhecimento em toda a África, (ii) especialistas técnicos, (iii)



especialistas existentes em RB e (iv) plataformas digitais robustas. O esforço de monitorização deve incluir a criação de parcerias adequadas para melhorar a criação, armazenamento, recuperação, partilha e utilização de conhecimentos.

8. Melhorar a comunicação e a defesa do PIDAA

A comunicação e a defesa eficazes serão um pilar fundamental da Estratégia e do Plano de Ação da PIDAA. Embora a UA tenha um RB Communications Toolkit para ajudar a comunicar as descobertas da BR, o uso desta ferramenta tem sido limitado. Esta ferramenta útil será reforçada e promovida na próxima fase do PIDAA. Outras estratégias de comunicação e defesa para os próximos dez anos do PIDAA incluem o desenvolvimento de uma estratégia abrangente de comunicação e defesa para a Declaração de Kampala; estabelecer e institucionalizar a capacidade de comunicação e advocacia em todos os níveis (nacional, regional e continental); adoção de tecnologias avançadas de comunicação e advocacia; e reforçar a capacidade dos campeões da PIDAA e da estrutura e capacidade dos campeões, transferindo dos níveis continental para regional, nacional e local.

COMUNICAÇÃO

As intervenções propostas para a comunicação incluem:

Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação

- Desenvolver e implementar uma estratégia abrangente de Comunicação e Advocacia PIDAA
- Estabelecer uma Unidade de Comunicação na CUA e ADUA-NPDA com o pessoal necessário (por exemplo, um responsável multimédia, redator, criador de conteúdos) para implementar a estratégia
- Recrutar e manter uma agência de comunicação 360 externa para apoiar a equipe interna com criação de conteúdo, relações públicas e campanhas audiovisuais, impressas e de mídia social

Capacitação e Engajamento

- Formar os principais especialistas do PIDAA em comunicações através de fóruns consultivos, workshops e media training
- Reforçar a capacidade dos ministros e dos responsáveis pela comunicação parlamentar para melhorar a implementação eficaz do PIDAA e assegurar que os decisores políticos estão bem informados

Divulgação e Redes

- Aproveitar os principais eventos estatutários e estatutários da UA, como o Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional e o Dia Mundial da Alimentação, para realizar ações de sensibilização junto das principais partes interessadas



- Criar e fortalecer redes estratégicas, como a Rede de Jornalistas do PIDAA e Principais influenciadores, para amplificar o impacto do PIDAA
- Desenvolver uma estratégia direcionada de engajamento de mídia que identifique os principais jornalistas, editores e meios de comunicação e estabeleça objetivos e táticas para uma interação efetiva com a mídia

DEFESA

As intervenções incluirão:

Estratégias de Advocacia e Engajamento

- Desenvolver uma Estratégia de Comunicação e Advocacia PIDAA que delineie as principais abordagens e objetivos
- Fortalecer a estrutura e capacidade campeã do PIDAA, replicando-a a nível regional, nacional e local
- Envolver atores não estatais em esforços de advocacy e atividades de sensibilização relacionadas com os compromissos do PIDAA fornecendo plataformas para o diálogo e parcerias

Estruturas e Processos Colaborativos

- Redesenhar processos e produtos PIDAA existentes (por exemplo, a Plataforma de Parceria PIDAA, o Malabo Evento de Aprendizagem de Políticas, JSRs) como comunicações estratégicas, prestação de contas e plataformas de aprendizagem
- Tornar a divulgação dos relatórios RB aos parlamentos uma obrigação legal para os Estados-Membros assegurarem a prestação de contas
- Incentivar os governos a estabelecer unidades nacionais de coordenação do PIDAA lideradas por altos funcionários para coordenar os esforços de defesa e implementação

Envolvimento do setor privado e da sociedade civil

- Desenvolver e implementar uma estratégia abrangente de envolvimento do setor privado da PIDAA para alavancar recursos financeiros, experiência e influência para parcerias estratégicas
- Facilitar fóruns e workshops que capacitem organizações não governamentais locais e grupos de defesa para dar voz às necessidades da comunidade e promover a tomada de decisões participativas nas políticas agrícolas
- Apoiar a criação de um conselho consultivo agrícola liderado pelo setor privado para fornecer orientação estratégica e apoio aos governos e partes interessadas

Gestão e Mitigação de Riscos



A estratégia PIDAA pós-Malabo abrangerá dez anos, de 2026 a 2035. Dado o horizonte de longo prazo, muitos riscos e incertezas podem afetar o posicionamento estratégico da agenda de transformação dos sistemas agroalimentares para cumprir os seus objetivos. Há choques socioeconómicos, ambientais e outros externos que podem surgir, o que exigirá que a estratégia seja suficientemente ágil para responder a tais desenvolvimentos imprevistos. A estratégia exigirá, por conseguinte, uma adaptação institucional às mudanças num contexto complexo e em rápida mutação. Os principais riscos e incertezas terão de ser identificados e delimitados juntamente com as respetivas medidas de atenuação.

As principais intervenções para assegurar uma melhor gestão dos riscos incluem:

- Identificar riscos potenciais (por exemplo, instabilidade política, alterações climáticas) e criar mecanismos para lidar ou mitigar esses riscos
- Identificar precocemente crises de saúde, incluindo pandemias ou epidemias, e desenvolver mecanismos para minimizar impactos negativos
- Identificar e abordar as desigualdades ou preconceitos de género e as normas sociais restritivas que possam limitar o acesso das mulheres e dos jovens à educação, aos recursos e aos processos de tomada de decisão, impedindo-os assim de participar plenamente e de beneficiar de atividades ou iniciativas agrícolas
- **Investir numa paz duradoura** porque é essencial para a construção de sistemas agroalimentares resilientes (do nível local ao mundial) e afeta a produção agrícola, a segurança alimentar, o acesso ao mercado, o investimento, a resiliência e a coesão social. Estabelecer e manter a paz é fundamental para permitir investimentos duradouros que libertem todo o potencial dos sistemas agroalimentares africanos. A Declaração de Kampala terá de enfatizar o estabelecimento de mecanismos de resolução de conflitos a nível comunitário, ao mesmo tempo que fortalece os mercados locais e as cadeias de valor.
- **Promover seguros domésticos** e outros mecanismos de enfrentamento que possam ajudar a mitigar o impacto dos choques de saúde nos meios de subsistência. Estes mecanismos serão fundamentais para aumentar a resiliência das comunidades.
- **Melhorar os sistemas de vigilância da saúde pública** para detetar e responder a ameaças para a saúde, incluindo de origem zoonótica. Será igualmente importante reforçar as medidas de segurança alimentar para evitar choques sanitários relacionados com doenças de origem alimentar.
- **Serão necessários recursos financeiros** para alcançar os objetivos de resiliência da declaração PIDAA de Kampala. Mais especificamente, as famílias precisam de ter acesso ao crédito, à poupança e a outros instrumentos financeiros que as ajudem a resistir a choques económicos.



- **Monitoramento dos preços dos alimentos:** será necessário implementar políticas que estabilizem os mercados de alimentos e evitem a volatilidade dos preços para garantir um fornecimento estável de alimentos e insumos agrícolas.
- O desenvolvimento das capacidades dos governos africanos para formular medidas políticas centradas na resiliência é um passo crítico e uma prioridade para a Estratégia e o Plano de Ação do PIDAA. A integração de políticas centradas na resiliência traduzir-se-á em ações operacionais lideradas por várias partes interessadas no sentido de sistemas agroalimentares sustentáveis.



Anexo 1: Plano de Ação PIDAA: 2026-2035

O Plano de Ação PIDAA: 2026-2035 apresenta propostas de atividades para alcançar os objetivos estratégicos descritos na Estratégia PIDAA. Concebido para ser um documento vivo, destina-se a orientar todas as partes interessadas continentais, regionais e nacionais no desenvolvimento de planos para alcançar os objetivos do PIDAA estabelecidos nesta Estratégia e Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035. Em especial, o plano de ação PIDAA deve orientar os Estados-Membros na elaboração dos seus planos de investimento no sistema agroalimentar para os próximos dez anos. O plano de ação deve também contribuir para o desenvolvimento das agendas de acompanhamento, avaliação e aprendizagem dos Estados-Membros. Para apoiar este esforço, as partes interessadas da União Africana e do PIDAA irão rever os 59 indicadores atualmente utilizados no processo RB e adaptá-los, conforme necessário, para apoiar a monitorização do progresso em relação aos atuais seis objetivos estratégicos. Para além dos Estados-Membros, outras partes interessadas são incentivadas a adotar e adaptar as secções pertinentes do presente Plano de Ação do PIDAA aos seus mandatos e necessidades institucionais e a contribuir para as metas e objetivos gerais da Estratégia e do Plano de Ação do PIDAA: 2026-2035 e da Declaração de Kampala

Principais Intervenções	Principais Atividades	Entidades Responsáveis	Entidades de Apoio	Calendário
Objectivo Estratégico 1: Intensificar a Produção Sustentável de Alimentos, a Agroindustrialização e o Comércio				
Produção Sustentável de Alimentos: Fortalecer e garantir sistemas de entrada funcionais	1. Sistemas de sementes <ul style="list-style-type: none"> ● Envolver as partes interessadas através de consultas regionais para identificar necessidades e desafios específicos nos sistemas de sementes e recolher contributos para intervenções personalizadas. ● Fortalecer e fazer cumprir os padrões de qualidade de sementes e processos de 	CUA, CER, Estados-Membros e sector privado	Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, intervenientes não estatais	Ano 1



	<p>certificação para garantir a disponibilidade de sementes de alta qualidade no mercado.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar e apoiar programas focados na multiplicação e distribuição de variedades de sementes melhoradas. ● Aumentar o envolvimento das mulheres e dos jovens, que são intervenientes-chave nas cadeias de abastecimento de insumos, nos sistemas de insumos 			
	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar o envolvimento das mulheres e dos jovens, que são intervenientes-chave nas cadeias de abastecimento de insumos nos sistemas de insumos 			
	<p>2. Sistemas de fertilizantes</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Implementar programas de treinamento sobre as melhores práticas para aplicação de fertilizantes, incluindo o uso de tecnologias de agricultura de precisão. ● Fortalecer a cadeia de suprimentos e as redes de distribuição para garantir o acesso oportuno e acessível aos fertilizantes para todos os agricultores. ● Promover o uso de orgânicos e biofertilizantes através de educação e incentivos. ● Implementar ou melhorar programas de subsídios para tornar os fertilizantes mais acessíveis para os pequenos agricultores. 	<p>CUA, CER, Estados-Membros e sector privado</p>	<p>Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais</p>	<p>2026-2035</p>



	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar a capacidade local de produção de fertilizantes para torná-los mais disponíveis e acessíveis aos pequenos agricultores. 			
	<p>3. Sistemas de alimentos para animais e forragens</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Investir em investigação e desenvolvimento para melhorar as variedades de culturas forrageiras que sejam mais resilientes e tenham maior valor nutricional. ● Promover fontes de alimentação alternativas e disponíveis localmente para reduzir a dependência de fontes de alimentação tradicionais. ● Treinar os aquacultores e pecuaristas sobre práticas adequadas de manejo de rações e forragens para otimizar a saúde e produtividade dos peixes e dos animais. 	<p>CUA, Estados-Membros, instituições de investigação e sector privado</p>	<p>Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais</p>	<p>2026-2035</p>
	<p>4. Serviços de polinização</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar iniciativas de apicultura para melhorar os serviços de polinização e fornecer fontes de rendimento adicionais aos agricultores. ● Sensibilizar para a importância dos polinizadores para a produtividade agrícola e técnicas de gestão integrada 	<p>Estados-Membros, CER, CUA, organizações de apicultores e instituições de investigação</p>	<p>Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, organizações profissionais</p>	<p>Ano 1</p>



	<p>de pragas que minimizem o impacto dos pesticidas nos polinizadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Proteger e restaurar habitats críticos para os polinizadores, como prados de flores silvestres e sebes. 			
	<p>5. Serviços de Extensão Agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar a capacidade dos agentes de extensão para utilizar tecnologias agrícolas emergentes e melhores práticas. ● Alavancar plataformas digitais para ampliar o alcance de serviços de extensão, particularmente em áreas remotas. ● Estabelecer escolas de campo para agricultores onde os agricultores possam aprender fazendo, compartilhar conhecimento e aplicar novas técnicas em tempo real. ● Fortalecer as parcerias público-privadas para melhorar a prestação de serviços de extensão. 	Estados-Membros, setor privado	CUA, CER instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento	2026-2035
	<p>6. Rega e Gestão da Água</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover tecnologias de irrigação eficientes. ● Treinar os agricultores sobre práticas de conservação da água, incluindo a colheita de água da chuva e o cultivo de culturas resistentes à seca. ● Investir na reabilitação e ampliação das infraestruturas de rega existentes para 	Estados-Membros, setor privado,	CUA, CER instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento	2026-2035



	<p>melhorar o acesso e a eficiência da utilização da água.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e aplicar políticas e regulamentos que promovam o uso sustentável da água na agricultura. ● Promover o uso de recursos hídricos não convencionais. 			
<p>Produção Sustentável de Alimentos: Fortalecer a adoção de práticas agrícolas sustentáveis.</p>	<p>1. Agricultura de conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar workshops e demonstrações de campo sobre práticas de agricultura de conservação. ● Promover iniciativas de saúde do solo. ● Fornecer incentivos financeiros ou subsídios para incentivar os agricultores a adotarem práticas de agricultura de conservação. ● Parceria com organizações não governamentais e instituições de pesquisa para promover e apoiar a adoção de agricultura de conservação e a promoção de práticas agroecológicas. 	<p>Estados-Membros, setor privado e CER</p>	<p>CUA, CER, ADUA-NPDA, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p>	<p>2026-2035</p>
	<p>2. Ferramentas e abordagens digitais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Criar e promover plataformas digitais que forneçam aos agricultores dados em tempo real sobre o clima, preços de 	<p>Estados-Membros, CER, CUA, ADUA-NPDA</p>	<p>CUA, RECs, ADUA-NPDA, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p>	<p>Ano 1 e contínuo durante os primeiros anos da estratégia</p>



	<p>mercado, surtos de pragas e melhores práticas agrícolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver aplicações móveis que ofereçam aconselhamento personalizado sobre gestão de culturas, controlo de pragas e saúde do solo. • Criar comunidades online onde os agricultores possam trocar informações, partilhar boas práticas e colaborar em desafios comuns. • Programas de apoio para fechar a lacuna de tecnologia digital de gênero. 			
	<p>3. Promoção dos produtos florestais não lenhosos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear e inventariar NWFPs em diferentes regiões para identificar potenciais recursos e oportunidades. • Apoiar o desenvolvimento de mercados para NWFPs através de análise inclusiva da cadeia de valor, desenvolvimento de produtos e iniciativas de marketing. • Promover a integração de NWFPs com sistemas agroflorestais para aumentar a biodiversidade e fornecer fluxos de renda adicionais para os agricultores. 	<p>Estados-Membros, sociedade civil, organizações profissionais</p>	<p>CUA, ADUA-NPDA, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento</p>	<p>Ano 2, contínuo ao longo do período da estratégia</p>
<p>Produção Sustentável de Alimentos: Criar um ambiente político propício para tecnologias emergentes,</p>	<p>1. Formulação e reforço de políticas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar/fortalecer/desenvolver políticas e frameworks que apoiem a adoção e integração de tecnologias emergentes, 	<p>Os Estados-Membros, o sector privado, as CER</p>	<p>CUA, CER, as instituições de investigação, os parceiros de</p>	<p>Ano 1</p>



biotecnologia, IA, digitalização e desenvolvimento da agricultura de precisão.	garantindo alinhamento com padrões nacionais e internacionais.		desenvolvimento, o sector privado	
	<p>2. Envolvimento das partes interessadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Convocar diálogos multilaterais para recolher contributos e chegar a um consenso sobre as orientações políticas. ● Lançar campanhas de sensibilização do público sobre os benefícios, riscos e considerações éticas relacionadas com as tecnologias emergentes. 	Estados-Membros, sector privado	CUA, CER, ADUA-NPDA, instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento, sector privado	Ano 1
	<p>3. Promoção de parcerias público-privadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer fóruns e redes que reúnam entidades públicas e privadas para fomentar a colaboração no desenvolvimento e comercialização de tecnologia. ● Criar incentivos financeiros, tais como isenções fiscais, subvenções ou subsídios, para incentivar o investimento do setor privado em investigação e desenvolvimento e na comercialização de tecnologias emergentes. 	Estados-Membros, sector privado,	CER, CUA, ADUA-NPDA, parceiros de desenvolvimento	Ano 1
	4. Reforço de Capacidades e Formação	Estados-membros, CUA, ADUA-NPDA,	Parceiros de desenvolvimento,	Ano 1



	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar formação direcionada para decisores políticos, reguladores e profissionais da indústria sobre os aspetos regulamentares e práticos das tecnologias emergentes. ● Reforçar as capacidades das entidades reguladoras para gerir e supervisionar eficazmente a implementação de novas tecnologias. 	CER, instituições de investigação	sector privado, organizações profissionais, cooperativas, associações	
	<p>5. Desenvolvimento de infraestruturas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar o desenvolvimento de infraestruturas digitais, tais como internet de alta velocidade e centros de dados, bem como instalações físicas de investigação equipadas para trabalhos científicos e tecnológicos avançados. ● Promover a mecanização e a agricultura de precisão para melhorar a produtividade e a sustentabilidade. 	Estados-Membros, CUA, ADUA-NPDA, CER.	Instituições de investigação, parceiros de desenvolvimento	Ano 1
Agro-Industrialização: Estimular o crescimento, a competitividade e a sustentabilidade das empresas, com foco nas PMEs	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar um ambiente propício que incentive a agroindustrialização, desenvolvendo e implementando políticas, estruturas, regulamentos e programas relevantes. ● Promover uma reforma da política agrária que incentive os investimentos e respeite os direitos fundiários e os 	Estados-Membros, CER, CUA, ADUA-NPDA,	Secretariado da ZCLCA Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), parceiros de desenvolvimento, associações do	Anos 1-3



	<p>meios de subsistência das comunidades.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover o comércio agrícola intra-africano e as cadeias de valor agrícolas regionais e continentais. ● Apoiar parcerias entre stakeholders do setor. ● Avançar com instrumentos inovadores de financiamento e gestão de riscos. ● Melhorar os serviços de energia e infraestrutura. 		<p>sector privado, investigação e meio académico</p>	
<p>Agro-Industrialização: Integrar pequenos agricultores, mulheres e jovens em cadeias de valor e mercados regionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar os serviços de extensão agrícola. ● Estabelecer centros de incubação e aceleradoras, e atualizar as habilidades e capacidades de mulheres e empresas lideradas por jovens. ● Identificar e abordar barreiras à participação igualitária de mulheres e jovens no agronegócio. ● Expandir o acesso das mulheres ao financiamento e a produtos financeiros adaptados, como seguros agrícolas. ● Fortalecer grupos e cooperativas de mulheres e promover a agregação em 	<p>Estados-Membros, CER, CUA, ADUA-NPDA, organizações de agricultores, organizações de mulheres e jovens</p>	<p>UNECA, ONU Mulheres, parceiros de desenvolvimento, associações do sector privado, investigação e academia</p>	<p>Contínuo ao longo do período da estratégia</p>



	<p>federações para melhorar o acesso aos mercados intrarregionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Expandir a proteção social, incluindo prestar atenção ao trabalho de cuidado das mulheres. 			
<p>Agro-Industrialização: Desenvolver e integrar cadeias de valor para estimular a agregação de valor ao longo de cadeias de valor inteiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Inclinando as instituições financeiras continentais e regionais para financiar a integração das cadeias de valor regionais. ● Investir em infraestruturas de interconexão regional, incluindo ar, vias navegáveis, estradas e ferrovias, bem como sistemas de pagamento pan-africanos. ● Formular e implementar regras de origem que promovam a acumulação regional. 	<p>Estados-Membros, CUA, ADUA-NPDA</p>	<p>Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), AFREXIMBANK, bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento da África Oriental, Secretariado da ZCLCA</p>	
<p>Agro-Industrialização: Melhorar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e implementar programas para sensibilizar as PME e as empresas lideradas por mulheres/jovens sobre os requisitos de sustentabilidade obrigatórios e voluntários e aumentar a sua capacidade de cumprimento. ● Prestar apoio técnico e financiamento a mulheres e jovens para processos de certificação em bioagricultura nas principais cadeias de valor. 	<p>Estados-Membros, CER, CUA, ADUA-NPDA, ZCLCA</p>	<p>Parceiros de desenvolvimento, instituições de investigação, AKADEMIYA2063, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), associações</p>	<p>Contínuo ao longo do período da estratégia</p>



			do sector privado, organizações de agricultores, organizações de mulheres e jovens	
Melhoria do comércio: Fortalecer o acesso ao mercado e a facilitação do comércio	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar políticas e estruturas para facilitar o acesso aos mercados domésticos, regionais e internacionais, garantindo práticas comerciais justas e reduzindo as barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias através da plena implementação da ZCLCA. Adotar políticas afirmativas de compras e comércio que integrem mulheres e jovens nos mercados locais, nacionais, regionais e internacionais. 	Estados-Membros, CUA, ADUA-NPDA, ZCLCA, CER, CENUCA,	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONUAA), ONU Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ONU Mulheres, União Europeia (UE), BAD, Banco Mundial (BM), Banco Islâmico de Desenvolvimento (ISDB), AGRA, sector privado	Ano 1 e Ano 3
Reforço do comércio: Otimizar as cadeias de abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a gestão da cadeia de suprimentos para garantir a distribuição eficiente de produtos agrícolas dos 	Estados-Membros, CUA, ADUA-NPDA, ZCLCA, CER	UNECA, CER, FAO, UNCTAD, PNUD, UE, BAD,	Ano 2 Ano 5



	produtores para os consumidores (da fazenda à mesa).		BM, ISDB, AGRA, o sector privado	
Reforço do comércio: Conectar o excedente alimentar a áreas deficitárias	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar os Agroparques Comuns da África, um programa emblemático da Agenda 2063 da UA. ● Investir em cadeias de valor regionais, cestas básicas, corredores comerciais, políticas de facilitação do comércio, infraestrutura e serviços (rodoviários, ferroviários, portos, comunicação, garantia de qualidade, agroparques). 	Estados-Membros, CUA, AUDA-NPDA, ZCLCA, CER	UNECA, CER, FAO, UNCTAD, PNUD, UE, BAD, BM, ISDB, AGRA, o sector privado	Ano 5 a 9
Objectivo estratégico 2: Impulsionar o investimento e o financiamento para acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares				
Melhorar a qualidade dos investimentos dos setores público e privado	<ul style="list-style-type: none"> ● Priorizar o planeamento e o investimento baseados em evidências para melhorar a qualidade dos investimentos dos setores público e privado para ter maiores retornos para as despesas em termos de crescimento agrícola. ● Reforçar o planeamento, o investimento e a implementação de programas e intervenções de sistemas agroalimentares sensíveis às questões de género. 	CUA, CER, Estados-Membros	O sector privado	2026-2035



	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a eficácia das políticas do setor público e dos investimentos no financiamento do sistema agroalimentar que beneficiem os jovens e as mulheres (incluindo através da realização de análises orçamentais de género no setor agrícola). 			
<p>Aumentar o investimento do setor público em sistemas agroalimentares</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Priorizar o investimento público em áreas-chave dos sistemas agroalimentares que apoiam o desenvolvimento de corredores de agroparques e cestas alimentares, incluindo investigação e desenvolvimento agrícola, inovações, tecnologias e infraestruturas de energia, água, estradas, ferrovias e irrigação. ● Comprometer e gastar pelo menos 1% do PIB agrícola em investigação e desenvolvimento para sistemas agroalimentares. ● Melhorar a coordenação do financiamento e dos investimentos agroalimentares, com especial incidência no acesso ao financiamento para os jovens e as mulheres jovens no setor público. 	<p>CUA, CER, Estados-Membros</p>	<p>O sector privado</p>	<p>2026-2035</p>



	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver instrumentos financeiros mistos. • Desenvolver e implementar reformas regulatórias, como incentivos fiscais ou benefícios fiscais para o investimento da diáspora em sistemas agroalimentares. • Desenvolver e emitir obrigações da diáspora que facilitem a exploração dos ativos da diáspora dos Estados-Membros e apoiem os investimentos nos sistemas agroalimentares. 			
Reforçar as capacidades para o desenvolvimento de iniciativas emblemáticas e projetos financiáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber Planos Nacionais de Investimento no Sistema Agroalimentar com iniciativas emblemáticas identificáveis e projetos com casos de negócio adequados que facilitem o financiamento público e privado. • Desenvolver e fortalecer mecanismos/plataformas a nível nacional e regional para convocar diálogos e coordenar a mobilização de investimentos. • Desenvolver parcerias público-privadas para apoiar o financiamento e a implementação emblemáticos. 	CUA, CER, Estados-Membros	O sector privado	2026-2035



<p>Desenvolver instrumentos de financiamento inovadores para os sistemas agroalimentares</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Redesenhar a atual arquitetura financeira e os mercados de capitais e promover instrumentos financeiros inovadores que reduzam o risco do investimento nos sistemas agroalimentares. ● Harmonizar a classificação de "investimentos agroalimentares", a constituição de provisões para perdas com empréstimos e a avaliação dos instrumentos de redução de risco pelos bancos centrais, a fim de promover o aumento da concessão de empréstimos pelos bancos comerciais. ● Desenvolver e melhorar sistemas de pagamento inovadores e digitais para reduzir os custos de transação para os pequenos agricultores. ● Desenvolver seguros de indemnizações e colheitas para pequenos agricultores. 	<p>CUA, CER, Estados-Membros</p>	<p>O sector privado</p>	<p>2026-2035</p>
<p>Reforçar a capacidade dos Estados-Membros para aceder ao financiamento da luta contra as alterações climáticas para a</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mobilizar fundos verdes e de desenvolvimento para empréstimos e subvenções soberanas concessionárias. ● Conceder bolsas competitivas de investigação e desenvolvimento a grupos de reflexão nacionais. 	<p>CUA, CER, Estados-Membros</p>	<p>O sector privado</p>	<p>2026-2035</p>



transformação dos sistemas agroalimentares	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver mecanismos financeiros para destinar financiamento verde para cooperativas de mulheres e agronegócios liderados por mulheres. 			
Criar um mecanismo de financiamento do investimento do sistema agroalimentar africano	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um mecanismo de investimento e financiamento de sistemas agroalimentares semelhante ao Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar. 	CUA, CER, Estados-Membros, BAD	O sector privado	2026-2035
Objetivo Estratégico 3: Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional				
Alavancar sistemas agroalimentares que melhorem a nutrição humana e os resultados de saúde	<ul style="list-style-type: none"> Promover o cultivo de culturas ricas em nutrientes, incluindo a adoção de variedades de culturas biofortificadas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a jardinagem e a aquicultura de pequena escala e a produção pecuária e pesqueira. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os serviços de extensão agrícola para incluir a educação nutricional. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implantar ferramentas e programas para promover a conscientização dos consumidores sobre dietas saudáveis e o envolvimento do setor privado no fornecimento dessas dietas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a diversificação da produção agrícola 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver cadeias de valor que priorizem alimentos ricos em nutrientes. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar programas de promoção da produção e consumo de alimentos nutritivos tradicionais e indígenas e da cozinha cultural. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
Criação de um mecanismo de financiamento do investimento do sistema agroalimentar africano	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um mecanismo de investimento e financiamento de sistemas agroalimentares semelhante ao Programa Global de Agricultura e Segurança Alimentar. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar orientações dietéticas baseadas em alimentos para influenciar as políticas e programas dos Estados-Membros; integrar regimes alimentares saudáveis nas agendas de desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as capacidades individuais e institucionais para conceber, implementar, adaptar e avaliar ações, políticas e programas eficazes de educação nutricional. Tal inclui a 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	integração da educação nutricional nos currículos escolares.			
	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar medidas para reduzir o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres em intervenções de nutrição. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar as capacidades dos Estados-Membros para utilizar e aplicar a rotulagem dos alimentos como um instrumento político eficaz para proteger a saúde dos consumidores. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas, estratégias e programas baseados em evidências, sensíveis à nutrição e específicos ligados aos sistemas agroalimentares a nível nacional, sub-regional e regional. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2027-2028
Fortalecer políticas e programas de nutrição, educação nutricional e conscientização do consumidor	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas, estratégias e programas baseados em evidências, sensíveis à nutrição e específicos ligados aos sistemas agroalimentares em níveis nacional, sub-regional e regional. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2027-2028
	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar orientações dietéticas baseadas em alimentos para influenciar as políticas e programas dos Estados- 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	Membros; integrar regimes alimentares saudáveis nas agendas de desenvolvimento de sistemas agroalimentares sustentáveis.			
	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer as capacidades individuais e institucionais para conceber, implementar, adaptar e avaliar ações, políticas e programas eficazes de educação nutricional. Tal inclui a integração da educação nutricional nos currículos escolares. ● Implementar medidas para reduzir o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres em intervenções de nutrição. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar as capacidades dos Estados-Membros para utilizar e aplicar a rotulagem dos alimentos como um instrumento político eficaz para proteger a saúde dos consumidores. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver políticas, estratégias e programas baseados em evidências, sensíveis à nutrição e específicos ligados aos sistemas agroalimentares a nível nacional, sub-regional e regional. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



Fortalecer os padrões SPS e os protocolos One Health	● Apoiar programas para fechar a lacuna de gênero na insegurança alimentar e nutrição.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	● Formular leis e regulamentos abrangentes de segurança alimentar.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	● Acelerar a criação da Agência Africana de Segurança Alimentar.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2026
	● Estabelecer autoridades nacionais de segurança alimentar.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Modernizar laboratórios e instalações de testes.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Treinar inspetores e reguladores sobre as normas sanitárias e fitossanitárias.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Implementar sistemas de rastreabilidade e planos de resposta a emergências de segurança alimentar.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Desenvolver e implementar diretrizes e protocolos One Health.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Facilitar a participação do setor privado nas RPU para o comércio e o acesso ao mercado.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	● Desenvolver a capacidade das PME e dos pequenos agricultores em relação aos protocolos SPS e às boas práticas agrícolas.	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028



Objectivo Estratégico 4: Promover a inclusão e meios de subsistência equitativos				
Melhorar as infraestruturas e o acesso aos serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e sensibilizar para as desigualdades no setor agrícola e defender políticas e investimentos reativos. • Incluir indicadores no PIDAA RB que acompanhem o progresso para alcançar a inclusão nos sistemas alimentares. • Criar investimento rural para (i) serviços de qualidade (educação, saúde, água potável), bem como (ii) infraestrutura rural (estradas rurais, energia, irrigação, mecanização, telecomunicações, polos de agroprocessamento) para tornar as áreas rurais atraentes. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros	2026-2035
Facilitar o acesso a recursos produtivos seguros para mulheres, jovens e grupos marginalizados	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a capacidade de mulheres, jovens, grupos marginalizados, agricultores e empreendedores por meio de programas de treinamento direcionados. • Facilitar um maior acesso e uso dos recursos produtivos através do desenvolvimento de políticas que melhorem o acesso inclusivo e o 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros	2026-2035



	<p>controle sobre os recursos produtivos, como terra, água, sementes e crédito.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Facilitar o acesso ao crédito para mulheres, jovens e grupos marginalizados e garantir a sua participação ativa nas cadeias de valor agrícolas. ● Facilitar o acesso aos mercados para mulheres, jovens e grupos marginalizados e garantir a sua participação ativa nas cadeias de valor agrícolas. 			
Implementar programas de proteção social inclusivos	<ul style="list-style-type: none"> ● Institucionalizar sistemas de proteção social que garantam assistência aos pobres e protejam os vulneráveis contra riscos de subsistência para promover o desenvolvimento agrícola e, mais amplamente, o crescimento econômico. ● Desenvolver e implementar programas de proteção social e estabelecer redes de segurança que abordem as vulnerabilidades e desafios específicos enfrentados por mulheres, jovens e grupos marginalizados no setor agrícola. ● Desenvolver e implementar programas de proteção social que 	ADUA-NPDA, CER e Estados-Membros,	Parceiros de desenvolvimento e implementação dos Estados-Membros	2026-2035



	contribuam para reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres.			
Garantir salários dignos, salário igual para trabalho igual e segurança no local de trabalho para as mulheres no setor dos sistemas agroalimentares	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir salário igual para igual para as mulheres e os jovens trabalhadores dos sistemas agroalimentares. ● Apoiar os países no desenvolvimento de normas para locais de trabalho nos sistemas agroalimentares isentos de assédio sexual, em conformidade com a Convenção C190 da OIT. 	CUA, ADUA-NPDA, CER e Estados-Membros	Agências das Nações Unidas dos (OIT, ONU Mulheres)	
Promover a inovação, a digitalização e a tecnologia agrícola	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a adoção de tecnologias e inovações agrícolas que respondam a mulheres, jovens e grupos marginalizados. ● Promover e conduzir pesquisa e desenvolvimento e coleta de dados sobre agricultura para entender melhor as necessidades, restrições e oportunidades para mulheres, jovens e grupos marginalizados no sistema alimentar. ● Desenvolver literacia digital integrada e inclusiva e ferramentas apropriadas que capacitem a participação de mulheres, jovens e grupos marginalizados e contribuam 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros	2026-2035



	para o desenvolvimento agrícola sustentável, promovendo meios de subsistência equitativos.			
Resiliência, adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar os Estados-Membros e parceiros a integrar estratégias de resiliência e mitigação das alterações climáticas em todos os seus planos que aumentem a resiliência das mulheres, dos jovens e dos agricultores marginalizados no sistema agroalimentar, melhorando simultaneamente a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para o desenvolvimento agrícola sustentável face às alterações climáticas. ● Incluir as mulheres nas estruturas e processos de tomada de decisão em torno da mitigação e adaptação às alterações climáticas a nível local e nacional. 	CUA, ADUA-NPDA, CER e Estados-Membros		2026-2035
Implementar políticas e instituições inclusivas.	<ul style="list-style-type: none"> ● Facilitar a adoção de políticas e quadros jurídicos inclusivos. <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver, rever e rever as políticas e quadros jurídicos existentes relacionados com a agricultura e os sistemas 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e implementação, Estados-Membros	2026-2035



	<p>alimentares para garantir que são inclusivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Realizar um estudo para mulheres, jovens e marginalizados para ajudar a identificar estratégias para aumentar a inclusão participação no sistema alimentar e abordagem da desigualdade entre jovens, mulheres e grupos marginalizados. ○ Apoiar os Estados-Membros na conceção de políticas e programas que apoiem a transformação rural, nomeadamente através da disponibilização de infraestruturas rurais. ○ Fortalecer a capacidade e fornecer programas de treinamento especificamente direcionados a mulheres, jovens e agricultores e empreendedores de grupos marginalizados. ○ Estabelecer janelas específicas para mulheres e jovens nos 			
--	--	--	--	--



	<p>mecanismos financeiros nacionais para o setor agrícola.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolver linhas de crédito e garantias para empresas e cooperativas lideradas por mulheres no setor agrícola, em colaboração com instituições financeiras privadas. ● Destinar 5% do orçamento agrícola a medidas dirigidas às mulheres e aos jovens para aumentar a sua produtividade agrícola. 			
Objetivo estratégico 5: Construir sistemas agroalimentares resilientes				
Investir em capacidades humanas e biofísicas	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver capacidades em sistemas de conhecimento para compreender melhor os choques, fatores de stress e ameaças do sistema agroalimentar e reforçar os modelos preditivos. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar os sistemas de alerta precoce que informam uma tomada de decisão melhor e atempada e medidas proativas para mitigar as perturbações. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover tecnologias agrícolas de precisão, incluindo sensoriamento remoto e imagens de satélite, combinadas com SIG, para avaliar, 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	monitorar e relatar as condições de cultivo, pesca, forragem e pecuária em tempo real.			
	<ul style="list-style-type: none"> Investir em ativos biológicos e físicos para proteger vidas, meios de subsistência e sistemas agroalimentares. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Abordar o impacto de vários choques e fatores de tensão em grupos específicos, como os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência, as populações indígenas e os países vulneráveis, e conceber medidas de resposta adaptadas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma paz duradoura através da resolução de conflitos e de iniciativas de consolidação da paz. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
Reforçar a capacidade de absorção dos sistemas agroalimentares	<ul style="list-style-type: none"> Promover a transferência de riscos e medidas de proteção social, tais como instrumentos de seguro, acesso ao crédito e subsídios aos preços dos alimentos, que ajudem os agricultores a gerir os riscos e a recuperar das perdas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a resposta de emergência coordenada e robusta e os protocolos de recuperação para minimizar 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028



	interrupções e facilitar a recuperação rápida.			
	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer e melhorar a colaboração entre os atores locais, nacionais e internacionais para garantir uma abordagem unificada e eficiente na gestão de crises do sistema agroalimentar. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
Promover a adaptação nos sistemas agroalimentares e nos meios de subsistência	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, escalar e promover a adoção de agricultura inteligente em termos climáticos e agricultura regenerativa. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2028
	<ul style="list-style-type: none"> Expandir a irrigação inteligente usando técnicas como captação de água da chuva, sistemas de irrigação eficientes (por exemplo, irrigação por gotejamento), energia solar e melhor armazenamento de água para lidar com padrões irregulares de chuva. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar os sistemas agrícolas e agrícolas, como a produção de culturas, peixes e gado, para reforçar a resiliência dos sistemas agroalimentares face às alterações climáticas e outros choques, equipando os agricultores com ferramentas para gerir riscos, adaptar-se às condições em 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	mudança e garantir a sustentabilidade a longo prazo dos seus meios de subsistência.			
	<ul style="list-style-type: none"> Expandir o uso de energia renovável na agricultura, incluindo sistemas de irrigação movidos a energia solar e o uso de biogás e outras fontes de energia renováveis para processamento, armazenamento e cozimento pós-colheita, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e o desmatamento. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso de energia eólica e micro-hídrica para operações agrícolas em áreas adequadas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
Melhorar a investigação agrícola inclusiva e os serviços de extensão e reduzir a perda e o desperdício de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver a capacidade dos agricultores para utilizar práticas agrícolas e sistemas de alerta precoce inteligentes do ponto de vista climático e integrar o conhecimento local. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer aos agricultores os conhecimentos e recursos necessários para enfrentar os desafios das alterações climáticas. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizar pesquisas que incorporem o conhecimento local e disseminar efetivamente os resultados. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar as instalações de armazenamento e a infraestrutura de transporte para minimizar as perdas pós-colheita e o desperdício de alimentos. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Incentivar a adoção de práticas e tecnologias que prolongam a vida útil dos produtos agrícolas, como a melhoria da secagem, embalagem e refrigeração, e promover campanhas de sensibilização e mudança de comportamento para reduzir o desperdício alimentar ao nível do consumidor. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
<p>Invista em capacidades transformadoras a longo prazo:</p> <p>Práticas agrícolas sustentáveis e gestão das terras</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a intensificação agrícola sustentável para aumentar a produção, proteger os ecossistemas e melhorar a segurança alimentar e nutricional e os rendimentos. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Investir em infraestruturas robustas de sistemas agroalimentares, incluindo sistemas de transporte, armazenamento e irrigação, para reduzir as perdas pós- 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	colheita e a dependência de sistemas de sequeiro, melhorar o acesso ao mercado e o comércio e aumentar os rendimentos.			
Infraestruturas e diversificação para o reforço da resiliência Tecnologia, inovação e apoio ao mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as cadeias de abastecimento alimentar locais e os mercados alimentares. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a diversificação dos sistemas de cultivo, pesca e pecuária para reduzir a sensibilidade dos sistemas agroalimentares às alterações climáticas e outros choques, e aumentar a segurança alimentar e nutricional. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar e utilizar os recursos genéticos tradicionais ou autóctones para melhorar o desenvolvimento de variedades de culturas autóctones resilientes, diversificadas e nutritivas e de raças piscícolas e pecuárias e aumentar a disponibilidade e o consumo destes produtos vegetais e animais. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover tecnologia e inovação para impulsionar a produtividade, eficiência e resiliência agrícola, especialmente 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



	entre pequenos produtores e jovens empreendedores.			
	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer um sistema confiável de dados e inventário de gases de efeito estufa para facilitar o comércio nos mercados de carbono. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer e manter reservas alimentares estratégicas nacionais e regionais para aumentar a segurança alimentar durante os períodos de interrupção. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a diversificação dos meios de subsistência para reduzir a dependência de uma única cultura (ou raça de peixe ou gado), aumentando assim a estabilidade do rendimento familiar e reduzindo a vulnerabilidade a choques. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a gestão sustentável da terra para reduzir a erosão e melhorar a saúde do solo e a produtividade agrícola, o sequestro de carbono e a restauração de terras degradadas através da gestão integrada da fertilidade do solo, práticas sustentáveis de pastoreio, reflorestação e florestação. 	CUA, CER e Estados-Membros	Parceiros técnicos e financeiros	2026-2035



Objectivo estratégico 6: Reforçar a governação dos sistemas agroalimentares				
Fortalecer a liderança e a apropriação	<ul style="list-style-type: none"> ● Harmonizar, alinhar e domesticar as estratégias PIDAA dentro das políticas nacionais e regionais de sistemas agroalimentares. ● Mobilizar investimentos públicos e privados. ● Estabelecer mecanismos de mobilização de investimentos do setor privado. ● Reforçar a supervisão parlamentar para melhorar a responsabilização e o alinhamento 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Órgãos parlamentares, outras partes interessadas, parceiros de desenvolvimento	Por 2 Anos
Promover mecanismos eficazes de coordenação e responsabilização entre as partes interessadas no setor agroalimentar	<ul style="list-style-type: none"> ● Empreender reformas políticas nacionais, regionais e transfronteiriças (por exemplo, normas sanitárias e fitossanitárias, gestão de recursos naturais e desenvolvimento da cadeia de valor). ● Reforçar a coordenação e a capacidade das instituições da UA. ● Fortalecer a governança e a liderança das partes interessadas e das comunidades na formulação, implementação e monitoramento de políticas. 	CUA, ADUA-NEPAD, CER, e Estados-Membros	órgãos parlamentares, outras partes interessadas, parceiros de desenvolvimento, e organizações transfronteiriças relevantes	Por 3 Anos



<p>Fornecer diretrizes de implementação PIDAA 2026-2035</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver diretrizes para a implementação de políticas de sistemas agroalimentares nacionais e regionais. ● Desenvolver diretrizes para atualização do processo PIDAA RB, dados, sistemas de gestão do conhecimento e mecanismos de responsabilização mútua. ● Desenvolver diretrizes para a mobilização de recursos dos setores público e privado, incluindo orçamentos governamentais, fundos doadores e investimentos do setor privado. ● Desenvolver diretrizes para o fortalecimento da capacidade do sistema em todos os níveis. ● Desenvolver diretrizes para implementação e coordenação e estabelecer estruturas, papéis e responsabilidades claras. 	<p>CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros</p>	<p>Outras partes interessadas, parceiros de desenvolvimento, instituições técnicas</p>	<p>Por 2 Anos</p>
<p>Estabelecer mecanismos de responsabilização mútua e melhoria contínua na governação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer, reforçar e institucionalizar mecanismos de responsabilização mútua (i.e., JSR, RB, diálogos nacionais). 	<p>CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros</p>	<p>Órgãos parlamentares, outras partes interessadas,</p>	<p>Por 3 Anos</p>



dos sistemas agroalimentares			parceiros de desenvolvimento	
Estabelecer políticas e quadros nacionais para institucionalizar os recursos e desenvolver a capacidade de implementação	<ul style="list-style-type: none"> ● Reforçar e fortalecer os processos existentes de PNIA e PRIA. ● Estabelecer uma unidade de implementação do PIDAA em linha com os orçamentos nacionais, institucionais e regionais. ● Conceber e estabelecer instrumentos de financiamento multilaterais a nível nacional, regional e continental para a implementação do PIDAA. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas	Por 3 Anos
Fortalecer a capacidade coletiva e integrada para melhorar a execução	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a liderança política. ● Melhorar ambientes propícios e capacidades organizacionais. ● Desenvolver e aproveitar o capital humano. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas	Por 3 Anos
Fortalecer parcerias e colaboração	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver uma estrutura de parceria PIDAA. ● Fortalecer processos, plataformas e redes continentais para torná-los mais eficazes. ● Desenvolver ou fortalecer instrumentos e ferramentas do PIDAA como o CAP-F e estabelecer plataformas de diálogo, coordenação e aprendizagem multilaterais. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas	Por 3 Anos



	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver parcerias estratégicas e desenvolver a capacidade de organizações nacionais estratégicas e do setor privado para sustentar a implementação do PIDAA. • Desenvolver e fortalecer parcerias estratégicas com as principais instituições regionais e continentais. 			
Melhorar as capacidades institucionais e das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e descentralizar plataformas de colaboração, coordenação e diálogo multilaterais. • Reforçar as capacidades das equipas nacionais e regionais do PIDAA e das plataformas de stakeholders. • Reforçar as plataformas digitais dos sistemas agroalimentares existentes. • Redesenhar e hospedar o sistema PIDAA eRB na ADUA-NPDA. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Outras partes interessadas	Por 3 Anos
Recurso à Estratégia e Plano de Ação do PIDAA				
	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar fundos internos e externos para financiar as prioridades do PIDAA em PNIA e PRIA. • Realizar revisões das despesas públicas agrícolas para informar a utilização eficiente dos recursos. • Fortalecer a capacidade da equipe nacional de liderança e coordenação do 	CUA, ADUAA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas	Por 2 Anos



	PIDAA para melhorar o planejamento, a coordenação, a mobilização de recursos e a prestação de contas.			
Sistema de Apoio à Gestão do Conhecimento PIDAA				
Fortalecer a capacidade de gestão do conhecimento baseada em evidências para monitoramento, avaliação, aprendizagem e relatórios	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e fortalecer um Sistema de Apoio ao Conhecimento PIDAA que funcione nos níveis nacional, regional e continental. • Desenvolver diretrizes e ferramentas para sistemas de apoio à gestão do conhecimento, incluindo M&E, aprendizagem e relatórios. • Estabelecer e fortalecer sistemas de fusões e aquisições agroalimentares a nível nacional, regional e continental. 	CUA, ADUA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Outras partes interessadas e instituições técnicas	Por 2 Anos
Estratégia de Comunicação e Advocacia da PIDAA				
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver diretrizes para comunicação e defesa e treinar os principais especialistas e parceiros do PIDAA em comunicação, defesa e gestão do conhecimento. • Estabelecer capacidade e institucionalizar a comunicação, advocacia e gestão do conhecimento dentro das estruturas de implementação do PIDAA. 	CUA, ADUAA-NPDA, CER, e Estados-Membros	Instituições técnicas, outras partes interessadas e parceiros de desenvolvimento	Por 2 Anos



	<ul style="list-style-type: none">● Fortalecer a estrutura e capacidade campeã do PIDAA.● Redesenhar e fortalecer redes estratégicas de comunicação e mídia.● Investir na construção da marca, posicionamento e visibilidade PIDAA.● Revisar a política e o protocolo de comunicação PIDAA da UA para torná-la ágil, flexível e adaptável às tendências, drivers e realidades atuais.			
--	--	--	--	--